



**ACADEMIA MILITAR  
DIRECÇÃO DE ENSINO**

## **Curso de Infantaria da Guarda Nacional Republicana**

### **Trabalho de Investigação Aplicada**

#### **A GNR E AS MISSÕES INTERNACIONAIS – UMA FORÇA DE CHARNEIRA –**

**ALUNO: Aspirante GNR/INF João Pedro dos Santos Ramos  
ORIENTADOR: Capitão GNR/INF Bruno Daniel Batalha Fernandes  
Lisboa, Março de 2009**



**ACADEMIA MILITAR  
DIRECÇÃO DE ENSINO**

## **Curso de Infantaria da Guarda Nacional Republicana**

### **Trabalho de Investigação Aplicada**

#### **A GNR E AS MISSÕES INTERNACIONAIS – UMA FORÇA DE CHARNEIRA –**

**ALUNO: Aspirante GNR/INF João Pedro dos Santos Ramos  
ORIENTADOR: Capitão GNR/INF Bruno Daniel Batalha Fernandes  
Lisboa, Março de 2009**

## DEDICATÓRIA

Aos meus queridos pais.

## **AGRADECIMENTOS**

Para a realização deste trabalho contribuíram várias pessoas, às quais eu pretendo manifestar o meu agradecimento.

Ao meu orientador, Capitão Bruno Daniel Batalha Fernandes, pela disponibilidade e apoio na elaboração do trabalho.

Ao Tenente Reinaldo Saraiva Hermenegildo, pela disponibilidade constante e ajuda esclarecida ao longo de todo o trabalho.

A todos os Oficiais entrevistados, pela disponibilidade em exporem as suas ideias de forma totalmente aberta.

A todos aqueles que, de forma directa ou indirecta, colaboraram comigo na realização deste trabalho, cedendo dados e informações relevantes, contribuindo com a sua experiência quer pessoal, quer profissional.

A todos os meus camaradas do 14º Curso da GNR, pela amizade e apoio nos momentos difíceis.

A todos, o meu muito obrigado!

# ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE QUADROS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

RESUMO

ABSTRACT

EPÍGRAFE

CAPÍTULO 1 - APRESENTAÇÃO DO TRABALHO	1
1.1 Introdução	1
1.1.1 Finalidade	1
1.1.2 Escolha e justificação do tema	1
1.1.3 Delimitação do objecto de estudo	2
1.1.4 Perguntas de Investigação	2
1.2 Metodologia	2
1.3 Estrutura do trabalho	3
 PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	 4
 CAPÍTULO 2 - O CONCEITO DE OPERAÇÃO DE APOIO À PAZ	 4
 CAPÍTULO 3 - A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS OAP	 6
 CAPÍTULO 4 - A PRESENÇA DE FORÇAS DE POLÍCIA EM OAP	 10
4.1 Qual o Tipo de Força Policial a Aplicar numa OAP	11
 CAPÍTULO 5 - A PARTICIPAÇÃO DA GNR EM OAP	 15
5.1 A GNR nas missões de paz como Observadores de Polícia Civil	15
5.2 A GNR nas missões de paz como Força Constituída	16
 PARTE II – TRABALHO DE CAMPO	 18

CAPÍTULO 6 - METODOLOGIA DA PARTE PRÁTICA E HIPÓTESES	18
6.1 Introdução	18
6.2 Hipóteses	18
6.3 Entrevista e Análise de conteúdos	19
6.4 Caracterização do Universo de Análise e Amostra	20
 CAPÍTULO 7 - APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS	 21
7.1 Respostas à questão Nº1	21
7.2 Respostas à questão Nº2	22
7.3 Respostas à questão Nº3	23
7.4 Respostas à questão Nº4	25
7.5 Respostas à questão Nº5	27
7.6 Respostas à questão Nº6	29
 CAPÍTULO 8 - ANÁLISE DE RESULTADOS	 31
8.1 Análise das respostas à questão Nº1	31
8.2 Análise das respostas à questão Nº2	32
8.3 Análise das respostas à questão Nº3	32
8.4 Análise das respostas à questão Nº4	34
8.5 Análise das respostas à questão Nº5	35
8.6 Análise das respostas à questão Nº6	37
 CAPÍTULO 9 - VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES E CONCLUSÕES	 38
9.1 Verificação das Hipóteses	38
9.2 Conclusões	39
 BIBLIOGRAFIA	 41
Livros	41
Artigos Publicados em Periódicos	42
Teses e Monografias	43
Endereços Electrónicos	43
 APÊNDICES	 44
APÊNDICE A: GUIÃO DA ENTREVISTA AO GENERAL MOURATO NUNES	45
APÊNDICE B: ENTREVISTA AO GENERAL MOURATO NUNES	46
APÊNDICE C: GUIÃO DE ENTREVISTA	50
APÊNDICE D: ENTREVISTA AO T.COR. RODRIGUES	51
APÊNDICE E: ENTREVISTA AO MAJ. SILVÉRIO	54

APÊNDICE F: ENTREVISTA AO CAP. CARVALHO	57
APÊNDICE G: ENTREVISTA AO CAP. MARTINHO	59
APÊNDICE H: ENTREVISTA AO CAP. SILVA	62
 ANEXOS	 64
ANEXO A: QUADROS DE PARTICIPAÇÃO DA GNR EM OAP	65

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 6.1: Caracterização da Amostra .....	20
Quadro 7.1: Quadro de Respostas à Questão Nº1 .....	21
Quadro 7.2: Quadro de Respostas à Questão Nº2 .....	22
Quadro 7.3: Quadro de Respostas à Questão Nº3 .....	23
Quadro 7.4: Quadro de Respostas à Questão Nº4 .....	25
Quadro 7.5: Quadro de Respostas à Questão Nº5 .....	27
Quadro 7.6: Quadro de Respostas à Questão Nº6 .....	29
Quadro 1: A GNR nas Missões de Polícia Civil.....	65
Quadro 2: Missões SPU .....	66



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BOP – Batalhão Operacional  
CIR – Companhia de Intervenção Rápida  
CIVPOL – *Civilian Police*  
EUFOR – *European Force*  
EUPOL – *European Union Police*  
GNR – Guarda Nacional Republicana  
KFOR – *Kosovo Force*  
MAI – Ministro da Administração Interna  
MINUSTAH – *United Nations Stabilization Mission in Haiti*  
MONUA – *United Nations Mission Observers in Angola*  
MSU – *Multinational Specialized Unit*  
NU – Nações Unidas  
OAP – Operações de Apoio à Paz  
ONU – Organização das Nações Unidas  
ONUMUZ – *United Nations Operation in Mozambique*  
OTAN – Organização do Tratado Atlântico Norte  
PSP – Polícia de Segurança Pública  
RI – Regimento de Infantaria  
RRU – *Rapid Response Unit*  
SFOR – *Serbian Force*  
SPU – *Special Police Unit*  
TIA – Trabalho de Investigação Aplicada  
TO – Teatro de Operações  
UDT – União Democrática Timorense  
UE – União Europeia  
UEO – União da Europa Ocidental  
UNAVEM – *United Nations Angola Verification Mission*  
UNFICYP – *United Nations PeaceKeeping Force in Cyprus*  
UNMIK – *United Nations Mission in Kosovo*  
UNOGIL – *United Nations Observation Group in Libanon*  
UNPOL – *United Nations Police*  
UNTAET – *United Nations Transitional Administration in East Timor*

## **RESUMO**

O presente trabalho encontra-se subordinado ao tema: “A GNR e as Missões Internacionais – Uma Força de Charneira.”

Devido à abrangência do tema, foi necessário proceder a uma delimitação do objecto de estudo, tendo sido formulado o seguinte problema: “Qual é o papel da GNR no âmbito das missões internacionais de apoio à paz, tendo em conta as suas valências?”.

Com o objectivo de chegar a conclusões sobre o problema apresentado, este trabalho foi estruturado em duas partes distintas: uma parte teórico-conceptual e uma parte eminentemente prática.

Na primeira parte procurou-se fazer um enquadramento teórico do tema, focando a atenção no conceito de operação de apoio à paz, na evolução histórica deste tipo de actividades, na importância das polícias neste âmbito e na participação da GNR neste tipo de missões.

Na segunda parte procurou-se verificar as hipóteses lançadas, através da análise de conteúdo de um conjunto de entrevistas feitas a entidades com experiência e vastos conhecimentos nesta problemática.

A metodologia utilizada foi a análise documental e entrevistas semi-directivas, sendo que para fazer o tratamento de informação, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo.

Após o tratamento da informação recolhida ao longo da realização do trabalho conclui-se que, a GNR, pela adequada formação dos seus elementos e pelas suas características - onde se destaca claramente a sua natureza militar - é uma força que se enquadra de forma adequada nas necessidades e exigências que uma missão de apoio à paz apresenta. Mais ainda por conseguir dar uma resposta cabal a um largo espectro de missões, indo para além de missões puramente policiais, tendo a capacidade de garantir a correcta transição da fase de conflito para o pós-conflito, apoiando-se para isso nos conhecimentos militares e nos meios musculados de que dispõe, conseguindo assim dar resposta a níveis de ameaça mais elevados, algo que uma polícia civil tem dificuldade em levar a cabo.

Este trabalho foi realizado entre os meses de Janeiro e Março de 2009.

**Palavras-chave:** GNR, MISSÕES DE PAZ, NATUREZA MILITAR.

## **ABSTRACT**

The present study is subordinate to the subject: "The GNR and international Missions."

Due to the vastness of the subject there was a need to delimitate it and also to work on the following problem: "Bearing in mind all GNR capabilities, which is its in terms of peacekeeping missions?"

In order to better reach some conclusions about the above mentioned problem, this study is structured in two different parts: the theoretical part, and a more practical one.

Therefore, the first part deals with the existing theory on the subject of Peacekeeping operations, focusing on its historic evolution; the importance of the police in this kind of operations and the participation of GNR in Peacekeeping operations.

The second part, on the other hand, deals with a set of interviews made to specific people experienced in this type of matter.

The methodology used in this study was based on documental analysis, and semi-directed interviews. In order to process the results the content analysis technique was used.

After processing all information, it could be concluded that the GNR, in face of the appropriate training of its elements and its specific characteristics - like its military nature - is a force that fits perfectly in the needs that a Peacekeeping operation present.

The GNR can respond to a large spectrum of missions, and is the appropriate force to work on the transition to the post-conflict. The GNR can also respond to a growing level of threat, and this is something that a civil police might have difficulties to do.

This study took place between January and March 2009.

**Keywords:** GNR; PEACEKEEPING OPERATIONS; MILITARY NATURE.

## EPÍGRAFE

*“Para um governo, ter uma força disciplinada militarmente e com capacidade policial é uma sorte.”*

*Prof. Dr. Luís Solana*

# **CAPÍTULO 1 – APRESENTAÇÃO DO TRABALHO**

## **1.1 INTRODUÇÃO**

### **1.1.1 FINALIDADE**

A realização do presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) surge no âmbito da estrutura curricular dos cursos da Academia Militar e marca o fim do Curso de formação de Oficiais em Ciências Militares na especialidade de GNR – Ramo Armas.

Este trabalho visa com a sua realização, levar o futuro Oficial da GNR a aplicar e a desenvolver competências e capacidades de compreensão que lhe permitam realizar investigação científica de qualidade.

O estudo deverá estar relacionado com o domínio da Segurança e Defesa, mais especificamente em áreas relacionadas com a Missão Geral da GNR. Com a realização deste estudo pretende-se a valorização pessoal do autor e também, a valorização da organização, através das conclusões que do estudo possam ser retiradas.

### **1.1.2 ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA**

O presente trabalho incide sobre o tema “A GNR E AS MISSÕES INTERNACIONAIS – UMA FORÇA DE CHARNEIRA”. A opção por esta temática deveu-se a vários factores, todos eles com especial relevância.

Na actualidade, o número de missões de apoio à paz é elevado, e surgem com relativa frequência na cena internacional, situações que levam a necessidade da implantação de novas missões deste tipo, onde a participação de forças polícias é tida como muito importante, sendo por isso este tema bastante actual.

Outro factor, prende-se com a evolução do numero e da importância das participações da GNR neste tipo de missões, estando hoje a instituição num contexto bem diferente do que quando executou a sua primeira missão em 1995, provando com isto o crescente envolvimento e importância conferida pela GNR às Missões Internacionais.

A escolha deste tema deveu-se, não só ao interesse do autor nesta temática, mas essencialmente a intenção de estudar uma realidade que tem ganho uma importância crescente no seio da Guarda Nacional Republicana.

### 1.1.3 DELIMITAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO

Tendo em conta a abrangência do tema que serve de base ao trabalho, foi necessário proceder a uma delimitação.

Procurou-se direccionar o trabalho no sentido de perceber, em que medida as valências da GNR são importantes para o sucesso de uma missão internacional de apoio à paz.

Neste contexto, formulou-se a pergunta de partida deste trabalho: “Qual é o papel da GNR no âmbito das missões internacionais de apoio a paz, tendo em conta as suas valências?”.

### 1.1.4 PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

Para responder a pergunta de partida, é importante abordar outras questões, que podem ser consideradas intermédias, e que nos permitem construir um caminho mais claro, rumo a possíveis conclusões sobre o problema central deste trabalho.

Essas perguntas são as seguintes:

1. A acção da GNR é importante para o cumprimento dos objectivos de uma missão internacional de apoio à paz?
2. A formação específica dos seus elementos para este tipo de missões é a necessária?
3. Os meios humanos e materiais, que a GNR dispõe são suficientes para fazer face aos desafios que estas missões apresentam?
4. A característica militar da GNR é uma mais-valia para este tipo de missões?
5. Quais as vantagens e desvantagens que a GNR retirou da sua participação em missões internacionais de apoio à paz?

## 1.2 METODOLOGIA

Tendo em vista atingir os objectivos do trabalho, realizaram-se diligências e foram aplicadas técnicas e instrumentos de investigação.

Procedeu-se a uma pesquisa documental e bibliográfica tendo em vista enquadrar o tema do trabalho.

Relativamente ao trabalho de campo, recorreu-se à realização de entrevistas semi-directivas, a um conjunto de Oficiais com experiência na área das missões internacionais,

e também a Sua Excelência o Tenente-General Mourato Nunes, Ex-Comandante-Geral da GNR.

### 1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

A estrutura formal do trabalho foi baseada nas orientações emanadas pela Academia Militar relativamente aos Trabalhos de Investigação Aplicada (Academia Militar, 2008).

Este trabalho encontra-se dividido em duas partes distintas. A primeira parte visa fazer um enquadramento teórico do tema, abordando o conceito de missões de paz, a evolução histórica deste tipo de missões, o papel das forças de polícia nestas missões e em particular o da GNR.

Na segunda parte, de cariz prático, é apresentada a metodologia utilizada na realização do trabalho de campo, assim como os resultados decorrentes do mesmo. A metodologia apresentada vai no sentido de verificar as hipóteses inicialmente formuladas. No final da segunda parte, são apresentadas as conclusões que foi possível retirar de todo o trabalho.

## PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### CAPÍTULO 2 - CONCEITO DE OPERAÇÃO DE APOIO À PAZ<sup>1</sup>

As Operações de Apoio à Paz (OAP), representam o conjunto de actividades que visam manter, garantir e restaurar a paz numa determinada zona do globo, tentando assegurar desta forma a segurança internacional.

Estas operações são executadas por forças multinacionais, sob a égide de um organismo internacional, que pode ser a Organização das Nações Unidas, através de um mandato do seu Conselho de Segurança, que define parâmetros da missão como a dimensão da operação, os seus objectivos globais, seu enquadramento temporal e qual os Capítulos da Carta das Nações Unidas em que se enquadra, mas também pode ser sob a égide de outro organismo como Organização do Tratado Atlântico Norte ou a União Europeia, por exemplo.

As Operações de Apoio à Paz distinguem-se das operações de guerra convencional por não existir um inimigo definido e por envolverem um conjunto de agências diplomáticas e humanitárias que desenvolvem acções no sentido de alcançar a paz.

Este tipo de actividades pode dar-se num contexto de cooperação ou não cooperação para com as partes em conflito, sendo que estas partes em conflito podem representar dois Estados distintos ou dois grupos distintos de um mesmo Estado.

O conceito de OAP, abrange um largo conjunto de actividades, bem diferenciadas e com diferentes timings de aplicação. Este conjunto de actividades são:

- **Prevenção de Conflitos** - Segundo o Capítulo VI da Carta das Nações Unidas este tipo de operações inclui iniciativas diplomáticas, posicionamentos preventivos de tropas, missões de verificação e observação, inspecção, consultas, avisos e emprego preventivo de forças militares ou missões civis.

- **Restabelecimento da Paz** - Este tipo de missão desenvolve-se através de acções diplomáticas levadas a cabo depois do início do conflito, com vista ao estabelecimento de um acordo de paz.

- **Manutenção da Paz** - Representa o conjunto de actividades levadas a cabo com o consentimento das partes em conflito, por uma terceira parte imparcial sob a égide de um organismo internacional, utilizando forças militares, de polícia e civis para a

---

<sup>1</sup> Na elaboração deste capítulo, o autor do TIA teve como base de sustentação teórica o documento “*United Nations Peacekeeping Operations Principles and Guidelines*”.



contenção, moderação e fim das hostilidades. Estas operações realizam-se na sequência de um acordo realizado entre as partes.

• **Imposição da Paz** - Compreende o conjunto de actividades para restaurar a paz numa área de conflito, exercendo uma força mais musculada tendo em conta a necessidade de impor uma conduta de paz. Estas operações são baseadas no capítulo VII da Carta das Nações Unidas e podem ocorrer em conflitos entre Estados ou no interior de um Estado, quando o conflito ameaça a paz e segurança internacionais. São baseadas num mandato do Conselho de Segurança da ONU.

• **Consolidação da Paz** - Representa o conjunto de medidas tomadas no seguimento da resolução de um conflito, destinadas a criar estruturas e/ou fortalecer estruturas já existentes adequando-as ao reforço e consolidação do processo político, a fim de evitar o reacender das hostilidades. Procura-se promover um sentimento de confiança através de medidas como o apoio económico para a reconstrução da zona de conflito.

• **Ajuda Humanitária** - Estas actividades têm como objectivo minorar as consequências negativas dos conflitos na população, principalmente, quando as autoridades responsáveis não têm possibilidade, ou não desejam fornecer o apoio à população.

As barreiras que definem qual o tipo de actividade a aplicar num determinado conflito são por vezes muito ténues, sendo que em grande parte das situações de gestão de crise, é necessário recorrer a mais do que um tipo de actividade para conseguir abarcar todos os problemas apresentados pelo conflito e assim atingir o objectivo final de uma OAP que é a paz estável e duradoura.

*“ A prevenção de conflitos, o Peacemaking, o Peacekeeping e o Peaceenforcement, raramente ocorrem de forma linear e sequencial. Pelo contrário, a experiência mostrou, que eles devem-se reforçar mutuamente. Usados de forma isolada, falham na compreensão total das causas do conflito, necessárias para o reduzir de possibilidades de este voltar a ocorrer.” (United Nations Organization. (2008). United Nations Peacekeeping Operations Principles and Guidelines, p.21) <sup>2</sup>*

---

<sup>2</sup> A tradução deste parágrafo é da responsabilidade do autor do TIA.

## CAPÍTULO 3 - A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS OAP

As missões de apoio à paz sofreram uma evolução histórica marcada pelas alterações sociais e políticas que se deram no mundo após momentos de viragem na história, de onde se destaca a queda do “Muro de Berlim”, e também devido a evolução do conceito de Segurança e Defesa, que é entendido hoje pelos Estados de maneira bem diferente do que o era durante grande parte do Século XX.

Já no fim da 1ª Grande Guerra Mundial e com a criação da Sociedade das Nações, diversos Estados mostraram a vontade de promover a cooperação, a paz e segurança internacionais, objectivo que não foi conseguido, tendo este esforço sido infrutífero, não tendo sido evitada a 2ª Grande Guerra Mundial.

Depois do fim do 2º Grande Guerra, no ano de 1945, surge a Organização das Nações Unidas (ONU), que tinha como um dos seus principais objectivos, preconizado na sua carta, a manutenção da segurança e paz internacionais, baseando-se, entre outros, no princípio da segurança colectiva. Esta Organização Internacional, conferiu ao seu Conselho de Segurança, autoridade para garantir a paz e segurança internacionais, mesmo que para tal tivesse de recorrer ao uso de força militar, situação prevista no Artigo 39º do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas.

A primeira situação onde uma força internacional das Nações Unidas participou, no âmbito do apoio à paz, foi no ano de 1948, tendo como objectivo observar a trégua entre o Estado de Israel e os Estados Árabes, tendo nesta situação, só participado observadores das NU. A primeira missão onde participou uma unidade militar constituída das NU foi durante a crise do Suez.

As OAP tiveram um crescimento constante durante a segunda metade do século XX, contudo, depois do fim da Guerra Fria, deram-se grandes alterações de ordem social, política e estratégica, e a forma como era tido o conceito de Operações de Apoio à Paz teve de ser revisto, no sentido de se adaptar à nova ordem mundial e as exigências que novos tipos de ameaça apresentam.

*“As principais ameaças e os conflitos internacionais, agora de natureza étnica, fundamentalista e religiosa, aliados aos riscos ambientais, catástrofes humanitárias, criminalidade organizada e ao terrorismo transnacional que ameaçam a vida humana, criando instabilidade e imprevisibilidade, obrigam à emergência de um novo paradigma das estratégias de Segurança e Defesa dos Estados.” (Chaves, 2008, p. 7).*

Se durante o período da guerra fria, as missões de apoio à paz se limitavam, na sua grande maioria, a actividades de controlo de conflitos, utilizando forças constituídas ou observadores, com consentimento das partes em confronto, que geralmente eram

Estados tradicionais, depois do fim daquele período, surgiram conflitos dentro de um único Estado e também ameaças de outros actores das relações internacionais, assim como conflitos motivados pela religião ou por diferenças étnicas, que apresentam novas formas de violência e impõem novas formas de actuação, que permitam garantir a paz e à segurança internacional. Aquilo que representava a ameaça convencional à paz e a segurança Internacional antes da implosão da Ex-União Soviética, é na actualidade apenas uma das possibilidades de entre vários factores de risco. (Truglio, 2008).

No período da Guerra Fria, a concepção de gestão de crises era influenciada pelo conceito de Segurança que os Estados tinham na altura, onde existia uma clara distinção entre Segurança interna e externa. A primeira estava a cargo das Forças de Segurança e a segunda a cargo das Forças Armadas. (Truglio, 2008).

Esta concepção de Segurança influenciou as operações de gestão de crises na medida em que, estas eram centradas na actividade militar, não existindo uma participação de carácter executivo por parte de forças policiais. Quando existia uma participação de uma força policial num cenário de gestão de crise, esta resumia-se essencialmente a tarefas de vigilância ou de formação. (Truglio, 2008).

“As ligações entre a componente militar, encarregada do mandato executivo, e a componente policial, com tarefas de aconselhamento, formação ou observação, não eram consideradas realmente necessárias.” (Truglio, 2008, p. 37).

Na segunda metade do século XX, e principalmente depois do fim da Guerra Fria, a globalização tornou-se uma realidade inquestionável, motivando grandes transformações nas políticas de Segurança dos Estados, pois decorrente e potenciada por ela, surgiram novas ameaças, como uma panóplia de Não-Estados com peso nas relações internacionais e também novas formas de crime organizado e terrorismo. Para fazer face a este novo tipo de ameaças, a concepção tradicional de Segurança, marcada por uma clara distinção entre interna e externa, revelava-se obsoleta (Lutterbeck, 2008). Na actualidade, aquilo que diferencia a Segurança interna e externa é algo de muito ténue, sendo que isto é consequência da dimensão transnacional que as crises têm hoje, fruto da já referida globalização.

Segundo o Coronel Carabinieri Giovanni Truglio, Comandante da Eurogendfor (2008, p. 27):

*“...devido à progressiva Globalização das trocas, da comunicação e das deslocações, se as crises importantes que surgirem agora numa determinada região ou área não forem devidamente enfrentadas, será mais provável que elas se tornem transnacionais, ou até globais, sendo por isso entendidas - contemporânea e analogamente - como uma ameaça à de alguns Estados.”*

Para fazer face a este conjunto de novas ameaças de carácter transnacional, os Estados tiveram necessidade de encontrar novas formas de combate, apoiando-se em políticas e iniciativas comuns, bem coordenadas, que representassem elementos capazes de proporcionar uma correcta gestão de crises, evitando a evolução das mesmas. Estas medidas comuns reflectiram o aumento da importância dos aspectos civis num quadro de gestão de crise pois, para além da intervenção militar, é tido actualmente como fundamental para uma correcta gestão de crises, dar resposta a uma panóplia de aspectos civis que vão desde a injustiça social, garantia de vida social pacífica, ou as dificuldades económicas dos Estados no pós-conflito.

*“ Nas Nações Unidas, esta nova abordagem à Gestão de Crises foi resumida pela primeira Vez na Agenda de Paz de 1992 do Secretário-geral das NU nas seguintes categorias:*

- **Diplomacia preventiva e para a paz**, tendo como objectivo o afastamento das fontes de perigo antes que resultem em violência, ou a resolução dos problemas que levaram ao conflito;
- **Manutenção da paz**, tendo como objectivos a defesa da paz, ainda que frágil, nos sítios onde os combates terminaram, bem como a assistência na implementação dos acordos alcançados pelos medianeiros, o que pode incluir a utilização de Forças Armadas;
- **Construção da paz** no período pós-conflito, relacionada com a reconstrução de instituições e infra-estruturas, assim como com a criação de garantias de uma vida social pacífica em todos os seus sectores, incluindo a Polícia, os tribunais e a Administração Civil.
- **Desafio às causas mais profundas** do conflito, como a injustiça social, o desespero económico e a opressão política.” (Truglio, 2008, p. 28).

O facto de se por termo a um conflito, não é garantia de que naquela zona a paz irá perdurar. Para além disto, é necessário criar condições para a existência de uma vida social pacífica, através da reestruturação ou criação de estruturas e instituições locais que possibilitem aquela realidade, instituições como Forças de Segurança capazes e tribunais competentes e eficazes.

Mas para garantir este processo de estabilização, são fundamentais competências e formação apropriada nestas questões de âmbito civil. Segundo o Coronel Truglio (2008, p. 28) “ ...uma vez que as forças militares não possuem as competências e a formação para lidarem com todas estas questões, as carências iriam acabar por criar um clima de impunidade e encorajar ainda mais a violência criminosa e o crime organizado...”. Para esta falta de competências e formação é apresentada uma solução no Relatório do Painel Sobre as Operações de Paz da ONU, onde é explicitada a importância essencial das forças policiais para o auxílio a uma sociedade fragilizada pelo conflito, tendo em vista o atingir das condições básicas para a estabilidade social, política e económica.

Em suma, as OAP sofreram uma grande evolução, desde a sua origem até aos nossos dias, evolução essa muito influenciada pelo fenómeno da globalização e pelas consequências deste, principalmente por transportar o conceito de Segurança e Defesa para um patamar diferente da simples divisão entre ameaças externas e internas, sendo

que na actualidade, essa divisão é considerada obsoleta e cada vez mais as ameaças se revelam transnacionais com carácter global.

*“Após 1990, com a predominância de conflitos intra-Estados, envolvendo múltiplos actores, alguns deles informais, a ONU concebeu novos tipos de missões. Para além de manter a paz, foi frequentemente necessário criar confiança entre as partes, aliviar o sofrimento das populações vítimas do conflito, prestar-lhes assistência humanitária, organizar eleições livres previstas nos acordos (por exemplo, nos casos das UNOGIL, UNAVEM e ONUMOZ), democratizar as instituições, designadamente as polícias, e até substituir instituições do Estado, inexistentes ou inoperantes (como foi o caso das UNMIK e UNTAET). Para estas tarefas a ONU recorreu a departamentos seus especializados ou a outras organizações internacionais.” (Duque, 2005).*

Esta nova realidade, obrigou a uma alteração de fundo na forma de interpretar, preparar e conduzir uma operação gestão de crise, sendo que os aspectos civis têm hoje uma importância vital para o sucesso de uma OAP. Para novos problemas, surgiram novas formas e instrumentos de resolução, sendo que um deles é representado pelo potencial que as forças policiais têm, devido a sua preparação para lidar com questões civis. Assim o papel das forças policiais nas operações de segunda geração, tem vindo a ganhar cada vez mais destaque, sendo hoje a presença de elementos ou forças de polícia em OAP algo bastante comum.

## CAPÍTULO 4 - A PRESENÇA DE FORÇAS DE POLÍCIA EM OAP

Nas OAP, existem diferentes fases, marcadas por níveis de conflitualidade distintos, e que necessitam de diferentes meios e métodos para a sua resolução.

Após ter sido posto termo a um conflito, é necessário criar um clima de estabilidade, para que seja possível começar a reconstruir tudo aquilo que foi “devastado” pelo mesmo. Esta fase pós-conflito revela-se extremamente importante para o atingir de uma paz duradoura, pois possibilita, se bem executada, alcançar um ambiente seguro e a normalização da vida social da zona afectada pelo conflito.

*“Na realidade, por fim a um conflito não é, “per si”, uma acção suficiente para restabelecer um ambiente seguro e tranquilo, especialmente onde já não existem estruturas e instituições locais, ou onde elas não são capazes de assegurar a manutenção da segurança básica; o objectivo mais crítico será então representado pelo restabelecimento de garantias de uma vida social civil e pacífica.” (Truglio, 2008, p.28).*

Uma condição fundamental para o restabelecimento de uma vida social pacífica é a existência de segurança. A falta de órgãos e estruturas que consigam garantir a segurança na zona afectada pelo conflito, é um dos problemas que tem de ser solucionado o mais rapidamente possível para se poder atingir a paz sustentável. A questão de segurança, prende-se não só com a sua vertente pública mas também com a sua vertente judicial.

Nesta fase de pós-conflito, assiste-se aquilo que o Comandante da Eurogendfor, Coronel Truglio denomina por “vazio de segurança”, situação à qual as forças militares têm dificuldades de dar resposta, devido à sua formação e preparação não ser orientada para este tipo de questões. A rápida resposta a esta situação é contudo fundamental pois, se tal não acontecer, existe um elevado risco de se instalar um clima caótico de impunidade, no qual o crime, principalmente na sua vertente organizada, tem terreno para crescer.

*“Nesta delicada fase de transição, destinada em muitos casos a manter-se por vários anos, é necessária a presença de uma força militar, com capacidade de intervenção massiva e de uma força de polícia, a qual se concentra sobre a população civil, empenhada na utilização gradual da força, com o objectivo da reposição da lei e da ordem.” (Rodrigues, 2007).*

Para fazer face a esta situação, é fundamental que exista a presença de forças policiais na área onde se está a desenvolver a OAP, pois estas, devido a sua formação e preparação para lidar com os aspectos civis de uma OAP, representam uma ferramenta decisiva para se conseguir a estabilidade necessária ao processo de reconstrução do Estado afectado pelo conflito.

*“...queríamos começar por mostrar que existe uma estrutura própria – a divisão de Polícia – na sede das Nações Unidas, para acompanhar os esforços de polícia (lato senso) no apoio à paz mundial. Esta estrutura foi criada há cerca de cinco anos (Outubro de 2000), em resultado das recomendações do conhecido “Relatório Brahimi” sobre peacekeeping. Nas quatro décadas anteriores, os esforços de polícia haviam sido apoiados por uma pequena célula “ancorada” no seio da Divisão Militar. O emergir de uma entidade própria, autónoma, de polícia reflecte a evolução multidimensional do processo de peacekeeping, sendo que os problemas a resolver no plano operacional de consolidação da paz mundial são, cada vez mais, problemas de segurança interna e de lei e ordem.” (Lopes, 2006, p. 116).*

As palavras do Doutor Antero Lopes, Conselheiro - Adjunto para assuntos de polícia do Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas, mostram a importância que é atribuída às forças policiais nos cenários de uma gestão de crise internacional na actualidade.

*“As Forças de Segurança (sejam elas do tipo GNR ou PSP) têm constituído um instrumento de importância crescente nas missões de paz da ONU pós-1990, ou seja, na resolução dos conflitos intra-Estados. Constituem as componentes de Polícia Civil (CIVPOL ou UNPOL) dessas missões. Enquanto, das 16 missões de manutenção de paz iniciadas pela ONU no período 1948-1989, apenas duas possuíam componente CIVPOL (UNFICYP em Chipre desde 1964; UNTAG na Namíbia em 1989), no período 1990-2004 foram iniciadas 39 missões, das quais 28 tinham componente policial.” (Duque, 2005).*

“A consolidação da paz só é possível através de uma abordagem que integre também meios civis – nomeadamente no âmbito da justiça –, policiais, humanitários e económicos.” (Duarte, 2008, p.134).

#### 4.1 Qual o Tipo de Forças Policiais a Aplicar numa OAP

*“Desde que esteja criado um ambiente satisfatório de segurança militar e nos casos em que é importante usar a força mínima adequada, as Forças de Segurança estão melhor preparadas que as Forças Armadas para estas tarefas (foi o caso de algumas intervenções da GNR na UNTAET). Este tipo de missões exige unidades constituídas de polícia, bem treinadas e equipadas. Desde 2002 a ONU e a OTAN desenvolvem este conceito, incluindo unidades de polícia em apoio de unidades militares e com o apoio destas: são as “Unidades Multinacionais Especializadas” (Multinational Specialized Units – MSU).” (Duque, 2005).*

Num cenário pós-conflito, a presença de forças policiais é hoje em dia tida como muito importante em OAP. Nesta fase de uma OAP, os assuntos de características civis ganham uma preponderância muito elevada e o encontrar de soluções para lhes fazer face é fundamental para se conseguir uma paz duradoura.

*“Neste contexto, a abordagem do papel da NU na resolução de conflitos sofreu uma evolução significativa que passou por incluir nas suas missões a componente CIVPOL: foi assim no Camboja, Moçambique, Angola, ex-Jugoslávia, Ruanda, El Salvador, Haiti, Somália e Timor-Leste.*

*O novo quadro de actuação pressupõe o uso não-letal da força na resolução de tumultos e incidentes de alteração de ordem Pública, no policiamento e vigilância e na protecção de pessoas e bens, através de unidades especialmente constituídas designadas por RRU (Rapid Response Unit) ou SPU (Special Police Unit). Estas unidades podem estar na dependência da componente de polícia civil, como seja o caso das missões UNTAET (Timor) e UNMIK (Kosovo), ou podem, face à incapacidade da ONU de modificar o mandato estabelecido, estar*



*na dependência do comando militar da operação (NATO), como sejam os casos da SFOR e KFOR – adquirindo, neste caso, a designação de Multinational Specialized Unit (MSU). As RRU e MSU são constituídas por Forças de Segurança de natureza militar (Guarda Nacional Republicana, Carabinieri, Guardia Civil, Gendarmerie Nationale Française), mais musculadas, com melhor capacidade de adaptação a diversos cenários e diferentes situações, com uma versatilidade e polivalência superiores quer à das polícias Cíveis, quer à das Forças Armadas.” (Oliveira, 2006, p. 132).*

Como foi referido, a presença de forças de polícia em OAP, é na actualidade tida como fundamental para o atingir da paz e estabilidade numa zona de conflito, contudo é importante saber qual o tipo de polícia que revela melhor capacidade de adaptação a este tipo de operações.

*“Mas que força Utilizar ante os “conflitos de baixa intensidade” (nos Balcãs temos um desses exemplos), [...]?*  
*A polícia tradicional é pouco e o Exército convencional é demasiado.*  
*A solução está nas polícias Militares. A Guarda Nacional Republicana é um bom exemplo.”*  
(Solana, 2008, p.56)

Nesta fase pós-conflito, tem de existir um nível de coordenação e sinergia de esforços entre as forças militares e de polícia, no sentido de se atingir o objectivo que é comum: a paz. Nesta caso, as forças de tipo Gendarmerie apresentam uma vantagem relativamente as policias civis, pois sendo militares e tendo uma organização com fortes características militares, têm mais facilidade em interagir com as Forças Armadas, facilitando assim o processo de coordenação necessário e tornando a actuação conjunta mais eficaz.

*“A eficácia deste modelo de interacção ficou demonstrada pelo sucesso das experiências das forças do tipo Gendarmerie e militares em Operações de Gestão de Crise nos últimos 15 anos. Permitam-me, por favor, que recorde a este respeito, o desempenho prestigiante da Guarda Nacional Republicana em Timor-Leste e no Iraque...”* (Truglio, 2008, p. 32).

Esta necessidade de sinergia de esforços entre forças militares e forças de polícia, leva a que muitas vezes as unidades de polícia fiquem sob o controlo de um comando militar.

*“...as esferas de competência ligadas às forças militares ou policiais nem sempre podem ser rigorosamente separadas. Permitam-me que vos recorde, relativamente a este assunto, que os dois actores podem até operar com base no mesmo mandato, como tem vindo a acontecer desde o seu início com a Unidade Policial Integrada dentro da operação “Althea” da EUFOR na Bósnia e Herzegovina.”* (Truglio, 2008, p.30).

Tendo em conta as características de uma fase pós-conflito, onde existem muitas vezes focos de violência e hostilidade elevados, torna-se fundamental que qualquer força de polícia que esteja no TO, tenha capacidade de em primeiro lugar se auto-proteger e também de apresentar capacidade de resposta. A força de polícia presente numa OAP, tem por isso de ser musculada ao ponto de ter o poder suficiente para fazer face a



ameaças de elevado nível de violência. Essas capacidades de autoprotecção e de resposta as ameaças violentas, são algo que as polícias tipo Gendarmerie têm como seu, pois têm os conhecimentos técnico e táticos de cariz militar, assim como os meios para fazer face a índices de violência que uma polícia civil dificilmente consegue. Um exemplo paradigmático desta situação foi o facto de a GNR ter sido a força que socorreu o Presidente da Republica de Timor Leste, José Ramos Horta, aquando do atentado contra a sua pessoa, perpetrado por um grupo de ex-militares em 11 de Fevereiro de 2008. A GNR, apesar de não ter sido a primeira força policial a chegar ao local, mas devido aos seus meios e treino militar, foi a única que conseguiu fazer face à ameaça que ali se apresentava e salvar a vida do Presidente José Ramos Horta.

*“Segundo disse hoje à Lusa João Carrascalão, dirigente da União Democrática Timorense (UDT), os efectivos da GNR foram os primeiros a socorrer José Ramos Horta. Carrascalão criticou a acção das forças policiais da ONU [...] «O que é grave é que a UNPOL (Polícia das Nações Unidas) chegou ao local, ficou a 300 metros e não deu qualquer assistência ao Horta. Foi a GNR que foi lá socorrê-lo», disse.” (In [http.Sol.Sapo.pt](http://Sol.Sapo.pt), 11 de Fevereiro, 2008).*

*“... graças ao grau de prontidão da Unidade, consequência dos princípios de aquartelamento e da condição militar, soube sempre dar cabal e decisiva resposta às diversas situações, em tempo real, com intervenções mais “musculadas”, que as forças do tipo gendarmeries têm capacidade para efectuar, ...” (Oliveira, 2006, p.135)*

O facto de ter a dupla valência de ser uma polícia composta por militares, leva a que as forças tipo Gendarmerie, grupo no qual a GNR se integra, tenham a capacidade para fazer face a um espectro de missões muito elevado, que pode ir desde missões puramente policiais, como a missões de carácter marcadamente militar, algo que se revela impossível para uma polícia civil, e portanto, representa mais uma vantagem para as polícias de tipo Gendarmerie no âmbito de uma OAP, sendo a missão da GNR no Iraque um perfeito exemplo do valor da sua dupla valência.

*“ A experiência colhida pela Guarda no Iraque, considerando os condicionalismos e dificuldades, seja do ponto de vista da selecção, da preparação e projecção da Força, seja no aspecto financeiro com a aquisição de viaturas, armamento e equipamento, revelou-se extraordinariamente exigente, porquanto testou as capacidades, a agilidade e flexibilidade, não só na fase de planeamento, mas também e fundamentalmente, quando se tornou necessário fazer face às alterações que permanentemente ocorriam no cenário em que se desenvolveu o cumprimento da missão na Operação Antiga Babilónia.” (Oliveira, 2006, p. 139)*

Para além disto, as forças de tipo Gendarmerie, revelam uma elevada capacidade de adaptação ao tipo de comando, podendo este ser militar ou civil, existindo um nível de integração sempre elevado.

*“Dado que estes organismos terem características policiais e militares, e serem capazes de operar sob comando, civil ou militar, as forças do tipo Gendarmerie parecem ser a solução ideal na resolução dos principais desafios que actualmente dominam a agenda de segurança dos países europeus: no domínio da luta contra o terrorismo », na luta contra o crime*

*organizado no controlo de fronteiras ou em operações de paz. Em praticamente todas estas áreas, o que muitas vezes é necessário, traduz-se na conjugação entre polícias equipamento militar e competências. Algo que, efectivamente, só pode ser levado a cabo por forças tipo Gendarmerie.” (Lutterbeck, 2008, p.46).*

Em suma, tendo em conta as especificidades que as OAP apresentam, é importante que na fase pós-conflito destas, estejam presentes no TO forças de polícia com capacidade de auto-protecção e resposta a ameaças de nível elevado, que consigam fazer face a um largo espectro de missões, sejam elas de carácter puramente policial ou também com características militares e que tenham um nível adequado de interacção e coordenação com as forças militares presentes no TO. A resposta a estes requisitos é dada de forma mais eficiente e eficaz por uma força de polícia do tipo Gendarmerie, no qual a GNR se inclui, pois as suas características, permitem-lhe apresentar soluções que uma polícia civil dificilmente consegue atingir.

*“A Guarda detém uma especificidade única, mantendo a sua identidade, independentemente da dependência no TO e do próprio ambiente operacional em que se realizam as Operações de Segurança e de Apoio à paz, ocupando um espaço próprio no sistema de forças que se situa entre as Forças Armadas e as Polícias Cíveis, em consequência das suas capacidades, da sua doutrina e dos princípios de actuação.” (Oliveira, 2006, p.133).*

*“É fruto desta abordagem que a Guarda tem vindo a ser solicitada para participar em operações de segurança e apoio à paz, utilizando nas diversas missões internacionais em que tem participado as valências que lhe são inerentes em face da sua natureza militar e das plenas capacidades policiais.” (Oliveira, 2006, p. 133).*

## CAPÍTULO 5 - A PARTICIPAÇÃO DA GNR EM OAP

A participação da GNR em missões de apoio à paz, tem sofrido uma grande evolução e um aumento de importância ao longo dos anos, sendo na actualidade, um dos principais vectores de projecção do nome da instituição.

“Nesta presença internacional de Portugal em Operações de paz e Missões Humanitárias, apraz-me registar e enaltecer o papel da Guarda Nacional Republicana, desde o primeiro momento.” (Teixeira, 2002, p. 76)

Quer com elementos isolados, quer com forças constituídas, a Guarda tem desempenhado missões nos mais variados locais do globo, sob a égide de diversas organizações internacionais, tendo conseguido atingir resultados muito positivos, reconhecidos pelas mais altas entidades e organismos nacionais e internacionais.

*“As operações de paz e as missões humanitárias são hoje um instrumento fundamental da política externa do Estado e a Guarda Nacional Republicana tem desempenhado um papel de grande relevo a esse nível. Em Timor Leste tive a ocasião de ver reconhecido pelas organizações internacionais, pelas autoridades locais e mais do que isso pelas próprias populações o papel da Unidade de Reacção Rápida da GNR.”* (Teixeira, 2002, p. 57).

*“Os sucessivos contingentes desta força, integrados na UNCIVPOL, na qualidade de Rapid Response Unit (RRU), procuraram actuar com “profissionalismo e dedicação” nas palavras de Sérgio Vieira de Melo, Representante Especial do Secretário-geral das Nações Unidas para aquele território, tendo sido reconhecida como “altamente treinada e capacitada para responder com rapidez, eficiência e extrema eficácia a qualquer tipo de acção...” que pudesse ser perpetrada contra a ordem pública, em qualquer ponto do território.”* (Rodrigues, 2007).

### 5.1 A GNR nas Missões de Paz como Observadores de Polícia Civil<sup>3</sup>

A primeira missão da GNR neste tipo de Operações deu-se no ano de 1995, no âmbito do embargo das NU à Ex-Jugoslávia, em território da Roménia, tendo a GNR participado através da presença de um Oficial. Desde o ano de 1995 até aos dias de hoje, a Guarda já participou num largo número de missões internacionais.

“Desde então e até aos dias de hoje, os militares da Guarda já participaram em missões de paz em quatro continentes (Europa, África, Ásia e América), e sob o auspício de várias organizações internacionais (UEO, ONU e UE). “ (Cruz, 2009).

Em todos os casos a GNR tem-se destacado pelo elevado nível de eficácia e eficiência no desenvolvimento das missões e no atingir dos objectivos definidos, escolhendo os militares que desempenham essas tarefas através de rigorosos critérios de selecção.

---

<sup>3</sup> Ver em Anexo A, Quadro N.º1 relativo às participações da GNR em missões de paz como observadores.

“Apesar do rigoroso conjunto de critérios de selecção, nos últimos onze anos, já participaram nestas missões um total de 157 militares da GNR, entre Oficiais e Sargentos.” (Cruz, 2009).

A participação neste tipo de missões, tem sido efectuada sob a égide das variadas organizações, como as NU e EUPOL, por exemplo.

No essencial a missão dos militares da GNR, enquanto observadores num TO, consiste em monitorizar e exercer uma acção de fiscalização sobre as polícias locais, no sentido de confirmar a sua correcta conduta de actuação, e também contribuir para a formação destas polícias, melhorando as suas capacidades e competências.

Nas missões já efectuadas, a GNR tem conseguido desempenhar um papel de relevo, sendo que o número crescente de militares da Guarda empenhados neste tipo de missões representa um sinal da qualidade do trabalho desenvolvido.

*“O contributo da GNR para a participação portuguesa em missões de paz nos últimos 11 anos, no quadro dos observadores de polícia, é cada vez mais significativo. De 2001 a 2005, a GNR participou em missões de paz com cerca de 30 militares, prevendo-se em 2006, no quadro da nova missão das NU em Timor-Leste, o envio de mais 48. Para além desse aumento, verificamos que os cargos desempenhados pelos oficiais e sargentos da GNR, dentro da estrutura das missões, foram cada vez mais proeminentes, registando-se, na maior parte dos casos, não só a sua ascensão durante a missão à chefia do cargo inicialmente ocupado, como também a atribuição inicial de altos cargos das NU, destacando-se os de 2.º Comandante da Polícia na MONUA e de Deputy Regional Commander na MINUSTAH.”* (Cruz, 2009).

## 5.2 A GNR nas Missões de Paz como Força Constituída<sup>4</sup>

Foi no ano de 2000, que a GNR projectou pela primeira vez uma unidade constituída para um TO internacional, nesse caso Timor Leste.

*“Em Março de 2000, com a finalidade de integrar a polícia civil (CIVPOL) da administração Transitória para Timor Leste das Nações Unidas (UNTAET), a GNR destacou para esse território uma Subunidade pertencente ao Batalhão Operacional (BOP) do Regimento de Infantaria (RI), de escalão Companhia, que denominou como Companhia de Intervenção Rápida (CIR). Esta Subunidade no seio da CIVPOL passou a designar-se de Rapid Response Unit ou Rapid Reaction Unit (RRU).”* (Rodrigues, 2007).

Desde o ano 2000, a participação da GNR em missões internacionais, com forças constituídas, tem tido um desenvolvimento constante, tendo actuado em teatros de operações com diferenças relevantes.

“Ao longo dos últimos seis anos, a GNR esteve empenhada em três missões internacionais enquanto FPU e MSU, do Iraque a Timor-leste, destacando para os dois territórios um total de 832 militares, entre eles 46 Oficiais, 90 Sargentos e 695 Praças.” (Cruz, 2009).

---

<sup>4</sup> Ver em Anexo A, Quadro N.º2 relativo a participação da GNR em missões de paz como força constituída (SPU).

A participação da Guarda em OAP tem-se revelado muito positiva, sendo reconhecida por entidades nacionais e internacionais, sendo isto, em grande medida, resultado das suas características, como força de tipo Gendarmerie.

*“As características intrínsecas das forças policiais com estatuto militar permitem-lhes executar as missões próprias da security gap (conceito definido pela OTAN), pouco apropriadas para as forças militares e para as polícias de cariz civil, devido ao tipo de armamento que utilizam, no caso das primeiras, demasiado bélico e, das segundas, ineficaz e insuficiente. Para além disso, a inadequação para a sua actuação nessas missões, resulta também, como afirma Robert Perito, das forças militares não terem contacto diário com a população civil e de estarem instruídas para actuar apenas em situações de violência extrema e no caso das polícias civis, pela ausência de meios e formação adequada para responder a conflitos de média intensidade, actuando apenas no nível mínimo do uso da força.” (Cruz, 2009).*

Tendo em conta que este tipo de missões é cada vez mais frequente, e o papel positivo que a Guarda tem desempenhado nas várias situações onde esteve presente, é muito provável que, no futuro, existam mais solicitações para a presença da GNR em OAP, com forças constituídas.

*“As experiências vividas e os resultados alcançados permitem-nos afirmar com clareza e sem preconceitos de qualquer espécie que Portugal e a Guarda Nacional Republicana, ocupam um lugar de referencia nas instituições internacionais, vocacionadas para o estudo e geração de Forças, desta natureza e características, o que nos permite antever um futuro com muitas outras solicitações que muito nos devem orgulhar e para as quais o MAI e o Comando da Guarda muito têm apostado.” (Rodrigues, 2007).*

## **PARTE II - TRABALHO DE CAMPO**

### **CAPÍTULO 6 - METODOLOGIA DA PARTE PRÁTICA E HIPÓTESES**

#### **6.1 Introdução**

Nesta parte do trabalho, pertence-se abordar as técnicas e métodos de investigação que foram utilizados no sentido de recolher a informação necessária para a elaboração deste estudo, bem como justificar o porquê da escolha destes métodos, tendo em conta o tema abordado.

Para a elaboração do trabalho de campo, foi adoptada uma metodologia que assenta no método hipotético-dedutivo, tendo como pilar a observação não participante, através da aplicação de um modelo de entrevista semi-directiva, incidindo esta, em pessoas escolhidas pelo seu nível de experiência e conhecimentos na temática que é o objecto de estudo deste TIA.

Tendo em conta o tema em questão, foi escolhida uma abordagem qualitativa como procedimento metodológico, considerando que esta abordagem seria a mais adequada para tentar compreender a realidade a estudar, pois a compreensão desta temática seria mais difícil e menos eficaz pela análise de dados quantificáveis.

“...a pesquisa qualitativa garante uma profundidade dos dados, uma riqueza interpretativa, bem como a contextualização do ambiente e as experiências únicas.” (Lopes, 2008, p.18).

As entrevistas efectuadas no âmbito da observação do problema, serviram como base fundamental para o atingir do resultado final deste TIA, pois foi através das entrevistas que foi possível retirar as ilações que sustentam todo o trabalho de investigação.

#### **6.2 Hipóteses**

“A organização de uma investigação em torno de hipóteses de trabalho constitui a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor, sem por isso sacrificar o espírito de descoberta e de curiosidade que caracteriza qualquer esforço intelectual digno deste nome.” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p.119).

Depois da análise documental e de um número considerável de entrevistas exploratórias<sup>5</sup>, foram formuladas as seguintes hipóteses a verificar com este trabalho de investigação:

- H1:** Os elementos da GNR recebem formação específica para os diversos TO onde vão ser empenhados.
- H2:** A GNR consegue fazer face a um largo espectro de missões no âmbito de uma operação de apoio à paz.
- H3:** A acção desenvolvida por forças do tipo Gendarmerie é importante para o cumprimento dos objectivos de uma missão internacional de apoio à paz.
- H4:** Os meios materiais e humanos que a GNR dispõe, são suficientes para fazer face aos desafios que uma missão de apoio à paz apresenta.
- H5:** O facto de ser uma força de segurança de natureza militar é uma mais-valia para a participação em missões de apoio à paz.
- H6:** Com a participação em missões de apoio à paz, a GNR só retirou vantagens.

### 6.3 Entrevista e Análise de Conteúdos

*“Nas suas diferentes formas, os métodos de entrevista distinguem-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interacção humana. Correctamente valorizados, este processos permitem ao investigador retirar das entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados.” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p.191).*

Tendo em conta o tema a tratar neste estudo, e a abordagem qualitativa que foi adoptada como procedimento metodológico, optou-se por efectuar entrevistas semi-directivas a um conjunto de Oficiais com experiência e conhecimentos práticos na área das missões internacionais, bem como a um Ex-Comandante-Geral da GNR, que pela sua experiência de comando da instituição, tem conhecimentos muito abrangentes sobre este tema, possibilitando a obtenção de ideias de cariz estratégico sobre o mesmo.

Após serem efectuadas, o conteúdo das entrevistas foi sujeito a uma análise rigorosa, sendo que nesse processo, cada questão foi analisada de forma individual.

“A análise de conteúdo faz-se através da codificação, ou seja, o processo através do qual as características essenciais do conteúdo de uma mensagem são transformadas em unidades que permitam a sua descrição e análise.” (Lopes, 2008, p.21).

---

<sup>5</sup> “As entrevistas exploratórias têm, portanto, como função principal revelar determinados aspectos do fenómeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e assim completar as pistas de trabalho sugeridas pelas leituras” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p.69).

Depois da análise individual das questões, procedeu-se a uma discussão dos resultados alcançados, no sentido de verificar as hipóteses propostas, sendo apresentadas as conclusões a que foi possível chegar.

#### 6.4 Caracterização do Universo de análise e Amostra

O universo de análise para este trabalho é constituído por Oficiais da GNR, que desempenharam funções de comando em missões internacionais e também por um Oficial-General que foi Comandante-Geral da GNR. Do universo referido, a amostra foi escolhida segundo os seguintes parâmetros:

- Profundo conhecimento sobre o tema;
- Experiência de cariz prático relacionada com o tema.

Tendo em conta a impossibilidade de obter uma amostra representativa da totalidade dos Oficiais que participaram ou estiveram envolvidos na preparação de missões internacionais, optou-se por escolher deste vasto conjunto, uma amostra composta por 6 Oficiais.

Quadro 6.1: Caracterização da Amostra

Entrevistados	Posto	Nº de missões efectuadas
1	Tenente-General	-
2	Tenente-Coronel	1
3	Major	2
4	Capitão	4
5	Capitão	2
6	Capitão	2



## CAPÍTULO 7 - APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

### Quadro 7.1: Conteúdo das respostas à questão Nº 1

**Questão Nº 1:** As forças da GNR têm formação específica para as missões internacionais de apoio à paz em que participam? Em caso afirmativo, em que consiste?

Entrevistado	Resposta
Nº1	<p>“A formação específica para os vários teatros de operações é tida em conta pela GNR, sendo que os militares são preparados de maneira a dar resposta às características particulares de cada Teatro de Operações.”</p> <p>“Existe uma matriz comum na formação específica para as missões internacionais, contudo são tidas em conta as especificidades dos diferentes teatros de operações onde se vai actuar. Assim, por exemplo, no caso do Aprontamento para a missão no Iraque, e tendo em conta as características da missão, foi dada uma atenção especial à formação de carácter militar.”</p>
Nº2	<p>“Sim, a força teve uma formação específica em território nacional, que consistiu num Aprontamento em que foram abordadas as especificidades que TO iria apresentar, e também o treino da vertente técnico-táctica dos militares em procedimentos de actuação que se previam ser utilizados na missão.”</p>
Nº3	<p>“Os militares que pertenciam ao RI, tinham, no seu dia-a-dia, a formação necessária para participar neste tipo de missões. Os restantes militares que não pertenciam ao RI não tinham essa formação, contudo a todos foi ministrado um Aprontamento, que visava preparar todos os militares para as especificidades do TO que iriam encontrar na missão.”</p> <p>“Tendo em conta cada missão, preparamos os contingentes. Os Aprontamentos são específicos para cada missão, sendo que preparação para a missão do Iraque foi diferente em termos de exigência, ao nível da instrução, em relação à missão de Timor.”</p>
Nº4	<p>“Todas as forças que participaram nas diferentes missões tiveram um Aprontamento que visava a preparação dos militares, quer em aspectos de carácter geral, como o treino de técnicas e tácticas a utilizar nas missões por exemplo, assim como também uma preparação especial tendo em conta as especificidades dos diferentes TO em que iríamos estar presentes.”</p>

Nº5	“Sim. Quer na missão do Iraque, quer na de Timor, foi feito um Aprontamento, composto por parte teórica, teórico-prática e prática, que visava preparar os militares para as especificidades do TO que iriam encontrar na missão.”
Nº6	<p>“Sim, em ambas a missões existiu uma formação específica, que consistiu num Aprontamento onde eram abordadas várias temáticas importantes para o correcto desempenhar das missões com que a força se iria deparar no terreno.</p> <p>Existia, nestes Aprontamentos, uma atenção especial para as especificidades do teatro de operações no qual iríamos actuar, sendo que posso dar como exemplo disto, os vários treinos efectuados na zona de Pinheiro da Cruz, durante o Aprontamento para a missão no Iraque, pois sendo uma zona bastante arenosa, à partida, seria algo mais próximo do que encontraríamos no TO do Iraque.”</p>

### Quadro 7.2: Conteúdo das respostas à questão Nº 2 <sup>(6)</sup>

**Questão Nº 2:** Tendo em conta o espectro de missões de uma operação de apoio à paz, a GNR desempenhou que tipos de actividades?

Entrevistado	Resposta
Nº2	“Na altura da chegada do meu contingente, o espectro em que se encontrava a missão da GNR em Timor Leste era o de <i>Peacemaking</i> , contudo os primeiros contingentes depararam-se com uma situação que se enquadrava num espectro de <i>Peaceenforcement</i> . À saída do meu contingente, não houve alteração do espectro de missão, continuando como <i>Peacemaking</i> .”
Nº3	<p>“No caso de Timor, posso considerar que a missão se desenvolveu dentro do espectro de <i>Peacekeeping</i>.</p> <p>No caso do Iraque, e tendo em conta as circunstâncias da missão, que levou à necessidade de utilização de um nível de força superior de forma gradual, visto que o nível de ameaça foi também aumentado com o decorrer da missão, considero iniciamos dentro de um espectro de <i>Peacekeeping</i> tendo evoluído para um espectro de <i>Peaceenforcement</i>.”</p>

<sup>6</sup> Esta questão não foi colocada ao entrevistado Nº 1, pois pretendia-se obter informação de Oficiais que viveram no terreno as alterações do espectro de missão.

Nº4	“Na primeira missão em Timor, considero que se pode enquadrar numa missão de Manutenção de paz, sendo que na segunda missão em Timor, assim como na missão do Iraque, considero que se pode enquadrar numa missão de imposição de paz e mais tarde de reforço da paz.”
Nº5	<p>“No caso do Iraque, toda a missão se enquadrou numa operação de <i>PeaceEnforcement</i>.</p> <p>No caso de Timor, iniciamos uma missão no contexto de <i>Peacekeeping</i>, contudo depois dos atentados contra a vida do Presidente Ramos Horta, houve um agravar da ameaça e do normal funcionamento da vida em sociedade, tendo a GNR desempenhado missões de carácter mais militar, no sentido de repor a paz e a ordem no território de Timor.”</p>
Nº6	“Em Timor, toda a missão em que participei decorreu dentro do espectro de uma operação de Manutenção de Paz, sendo que as forças da GNR depararam-se com situações de desordem pública de um nível de violência considerável. No Iraque toda a missão decorreu dentro do espectro de uma operação de Imposição de Paz.”

### Quadro 7.3: Conteúdo das respostas à questão Nº 3

**Questão N º 3:** Considera que as forças de tipo Gendarmerie são um instrumento importante no âmbito de Operações de Apoio à Paz?

Entrevistado	Resposta
Nº1	<p>“Entendo que este tipo de forças representa uma significativa mais-valia para as Operações de Apoio à Paz, principalmente na fase de estabilização.”</p> <p>“Sendo prioritário resolver os problemas de manutenção da ordem pública e criar condições para a normalização da vida social, (...) as Forças de Segurança de natureza militar constituem-se como o elemento operacional mais qualificado para intervir nestas circunstâncias, podendo desempenhar um papel de grande relevo.</p> <p>Este tipo de forças, quando comparadas com as Forças Armadas, são menos musculadas, têm uma intervenção menos agressiva, e tendem a ser melhor aceites pelas populações, constituindo-se por estes motivos, na minha opinião, como as forças ideais para a fase de estabilização de um conflito.”</p>

Nº2	<p>“Neste tipo de missões, em que existe necessidade de intervir com forças policiais, quer seja no âmbito da formação ou reforço/substituição da força de policia local, as forças de tipo Gendarmerie são uma clara mais-valia, pois este tipo de forças conseguem ter ao seu dispor um conjunto de meios que as polícias civis não têm, conseguem também cumprir missões que vão para além das normais missões de policia, fazendo a ponte entre a vertente policial e militar.”</p> <p>“Outra mais valia é o facto de a nossa condição militar nos permitir “falar a mesma língua” que as forças militares, facilitando assim as necessidade de inter-relação e coordenação de forças.”</p> <p>“Para além destes factores que apresentei, quero realçar outro que considero muito importante, que é o espírito de disponibilidade para a missão, e a predisposição para o cumprimento da mesma, que é muito acima da média na generalidade dos elementos que constituem forças de tipo Gendarmerie”</p>
Nº3	<p>“São um instrumento muito importante. Há inclusivamente uma tendência internacional para atribuir uma maior preponderância a este tipo de forças. Estas forças apresentam características que são uma mais-valia. Destaco as seguintes: são forças mais disciplinadas; a rusticidade que é típica dos militares permite uma fácil adaptação a qualquer tipo de TO, o que é uma evidente vantagem; a formação de base dos militares leva a que se consigam aplicar conhecimentos doutriniais de forma proficiente e em operações combinadas; e por último, a flexibilidade que é inerente a este tipo de forças dá mais garantias aos países de origem.”</p>
Nº4	<p>“Na minha opinião, as forças de tipo Gendarmerie são sem dúvida uma mais-valia, pois têm a capacidade para entrar numa situação pós-conflito ao mesmo tempo que a força militar, conseguindo fazer face a situações de distúrbios civis, que são comuns nesta fase (...), situações essas que a força militar não esta preparada para resolver. Pelo contrario as forças policiais tem a formação adequada para por cobro a estas situações criminais e também para garantirem a prova e assim tornar possível punir os seus responsáveis.</p> <p>O facto de ser uma força tipo Gendarme confere também a capacidade para lidar com a possibilidade de subida dos níveis de ameaça no TO, algo que é mais complicado para uma polícia civil.”</p>

Nº5	<p>“Para mim, uma força que tem tudo o que uma força policial tem, e junta a isso a disciplina, o equipamento e armamento, assim como conhecimentos técnicos e táticos de uma força militar só pode ser uma mais-valia, quer em território nacional ou no âmbito de um OAP. Para além disto, uma força de tipo Gendarme, como é a GNR, consegue fazer face a um espectro de missões muito vasto, que pode ir desde o núcleo Escola Segura até ao espectro puramente militar com situações de combate declarado, existindo troca de fogo com o inimigo, como sucedeu no Iraque. Outra característica importante é o facto de dificilmente uma força de polícia civil conseguir ser auto-sustentável num teatro de operações externo, algo que é uma capacidade relativamente comum numa força militar e também na grande maioria das forças Gendarmes, sendo disso exemplo a capacidade da GNR se auto-sustentar em território Timorense.”</p>
Nº6	<p>“Sim. Tendo em conta a dupla valência que as Forças de Segurança de natureza militar têm, formação policial e também militar, permite-lhes estar numa posição de charneira, que as torna um elemento chave nas missões de segunda geração, pois possibilita a estas forças dar resposta a um espectro de missões que abrange desde situações onde a característica policial tem um maior peso, a situações onde a formação militar é fundamental para atingir os objectivos.”</p>

#### Quadro 7.4: Conteúdo das respostas à questão Nº 4

**Questão Nº 4:** Considera que a GNR, teve capacidade, ao nível de recursos humanos e materiais, para fazer face aos desafios que as missões Internacionais apresentaram?

Entrevistado	Respostas
Nº1	<p>“...nas missões em que participou, a GNR teve meios humanos e materiais necessários para dar uma resposta cabal aos desafios que lhe foram apresentados, sendo que o reconhecimento da qualidade das suas participações é uma prova disso mesmo.”</p>
Nº2	<p>“...arrisco dizer que a GNR é, no panorama das forças de polícia que participam em missões de paz, uma das que esta melhor preparada. Digo isto porque, a Guarda que tem bastante flexibilidade e disponibilidade em colocar uma força num determinado TO, e isto muito devido aos seus</p>

Nº2	<p>recursos humanos, que mesmo com meios que por vezes não são os melhores, conseguem desempenhar as suas missões com o sucesso que se conhece.”</p> <p>“Ao nível de material, nos últimos anos a Guarda, tem adquirido muito equipamento de grande qualidade, que a coloca ao nível das melhores forças Gendarmes.”</p>
Nº3	<p>“Sim. A GNR é para mim, a instituição mais flexível do nosso país, e muito disto está relacionado com os meios humanos. Considero que temos os recursos humanos adequados para este tipo de missões, e também ao nível de recursos materiais a GNR tem sido catalogada como uma das forças mais bem equipadas nas várias missões onde participou.”</p>
Nº4	<p>“A GNR evoluiu muito ao nível dos recursos humanos e materiais com a participação nas missões internacionais. A Guarda teve a possibilidade de adquirir meios de grande qualidade e também de dar formação adequada aos seus militares, sendo que hoje é uma força com capacidade para desempenhar este tipo de missões com elevado nível de sucesso, sendo esta capacidade reconhecida a nível internacional.”</p>
Nº5	<p>“Sim. Quer ao nível de recursos humanos, quer materiais, a força da GNR teve sempre capacidade para responder as situações que se lhe deparavam, sendo inclusivamente elogiada pelas forças que com ela estavam nos vários TO.”</p> <p>“É importante salientar o factor humano da GNR na participação em OAP. A Guarda é constituída por militares profissionais, com elevado nível de experiência, que já receberam muita formação, devido ao facto de a maioria dos militares que são empenhados nas OAP em que a GNR participa, estarem colocados na Unidade de Intervenção desde as primeiras missões exteriores da Guarda, e muitos terem participado em mais do que uma missão. Tudo isto revela-se um factor muito positivo no âmbito de uma OAP, sendo que a postura e o desempenho dos militares da GNR se destaca pela positiva, como aliás é provado pelo reconhecimento que nos é dado, quer a nível nacional, quer internacional.”</p>
Nº6	<p>“Sim. Os meios que a Guarda tinha em ambas as missões, foram os suficientes e adequados para o atingir dos objectivos da missão com sucesso. Posso acrescentar que ao nível material, a força da GNR tinha ao seu dispor material de elevada qualidade...”</p>

### Quadro 7.5: Conteúdo das respostas à questão Nº 5

**Questão Nº 5:** A característica militar da GNR é uma mais-valia para a participação em Missões de paz?

Entrevistado	Respostas
Nº1	<p>“Sim, é uma mais-valia.”</p> <p>“A preparação militar, vai dotar o indivíduo de um conjunto de valores que lhe permitem aceitar com naturalidade os deveres que passou a ter, e a renúncia de direitos que teve de fazer por ser militar. Não lhe vou dizer que o sentido do dever é exclusivo dos militares, contudo nestes ele manifesta-se de forma veemente.”</p> <p>“Tendo em conta o facto de o mundo estar tendencialmente mais agitado, onde os conflitos surgem em cada vez maior numero, com nível de ameaça mais elevado, fazem com que a característica militar de uma força de segurança seja uma mais-valia, pois pressupõe factores como a disponibilidade para a missão, a disciplina, o aceitar de risco e, em ultimo caso, a preparação militar, que permite fazer face a um espectro de situações relacionadas com o conflito, muito mais alargado.”</p>
Nº2	<p>“Acima de tudo, acho importante destacar, que a nossa característica militar confere a força uma organização estruturada, que a torna eficiente e eficaz nas missões e uma disponibilidade dos seus elementos, que só termina com o cumprimento da missão.”</p>
Nº3	<p>“...é uma mais-valia pela formação dos Oficiais da instituição, quer a nível do direito, quer dos conhecimentos militares, sendo que nas participações em missões internacionais esta formação tem dado frutos muito positivos, com participações de bom nível.”</p> <p>“Associados aos conhecimentos militares de base, outros factores como o sentido do dever, disponibilidade permanente, a disciplina, lealdade, etc. Estas qualidades militares são inegáveis e reconhecidas na sociedade civil.”</p>
Nº4	<p>“A característica militar apresenta vantagens ao nível da disciplina, organização e espírito de missão. O facto de sermos militares facilita a nossa integração num contingente militar internacional, a nossa organização permite-nos uma adaptação no terreno muito mais fácil, que se traduz depois na disciplina e no espírito de missão, pois a nossa</p>

Nº4	<p>formação militar leva a que a forma de encarar as dificuldades seja muito mais proficiente. Ao nível operacional, o facto de sermos militares permite-nos operar em situações que vão desde o tipicamente militar ao puramente policial, obtendo em ambos os casos um nível de sucesso elevado, como aliás é provado pelas experiências obtidas nas missões do Iraque e Timor.”</p>
Nº5	<p>“Sim, sem dúvida. Para mim o facto de sermos militares trás consigo a disciplina militar, e isso leva a que a forma de executar as missões seja mais eficaz, pois sendo mais disciplinados, os militares da Guarda são mais proficientes na procura de atingir os objectivos definidos pelos seus chefes.”</p> <p>“Para mim, muito do sucesso da GNR em OAP reside na disciplina dos seus homens, que lhe é, em grande medida, conferida pela sua característica e formação militar.”</p> <p>“Outra mais-valia da nossa condição militar, reside no facto de tendo conhecimento de técnicas e tácticas militares, e também de dispor de equipamento e armamento militar, as forças da GNR têm uma maior autoconfiança nas suas capacidades e sentem-se mais seguras relativamente as ameaças com que se deparam.”</p>
Nº6	<p>“Sim. A nossa característica militar confere-nos uma vantagem muito importante em vários aspectos relacionados com uma OAP. Devido a nossa força ter formação militar, temos uma capacidade de fazer face a um mais largo espectro de missões, entrando já no âmbito de missões de características marcadamente militares, algo que uma polícia civil dificilmente consegue fazer. A nossa característica militar é também um elemento facilitador, quando estamos enquadrados sobre um comando militar pois, os conceitos e também os valores militares são por nós conhecidos e partilhados, facilitando assim a relação funcional e também as relações humanas.”</p>



### Quadro 7.6: Conteúdo das respostas à questão Nº 6

**Questão Nº 6:** Quais foram as vantagens e desvantagens da participação em missões de paz para a GNR?

Entrevistado	Respostas
Nº1	<p>“Na minha opinião não houve desvantagens, ou pelo menos elas foram tão indirectas que não as considero.”</p> <p>“Pelo contrário houve muitas vantagens. Em primeiro lugar, a GNR ganhou uma auto-estima e autoconfiança muito grande, que lhe permitiram afirmar-se como uma força diferente. Houve também uma grande projecção do nome da instituição, assim como um enriquecimento dos seus elementos pela experiência adquirida nas várias missões. A participação neste tipo de missões, permitiu a GNR ganhar uma credibilidade muito grande junto das suas congéneres e de outras forças internacionais, sendo que hoje a GNR desempenha papéis de destaque, por exemplo na Eurogendfor.”</p>
Nº2	<p>“Em primeiro lugar quero dizer que não considero que existiam desvantagens para a GNR, talvez existam problemas que nos são postos pela participação nestas missões, como a necessidade de empenhar meios humanos e materiais, que podem vir a fazer falta em missões no território nacional.</p> <p>Relativamente as vantagens, em primeiro lugar destaco a afirmação nacional, conseguida pelas prestações brilhantes da Guarda, o melhoramento dos equipamentos, muitas vezes financiados pelas NU e por último, a experiência que é adquirida pelos militares que lhes permite estar preparados para possíveis situações semelhantes em território nacional, podendo dar uma resposta mais cabal.”</p>
Nº3	<p>“Houve vantagens ao nível da projecção da imagem da instituição (...). A nível interno, penso que é agradável para qualquer português ter conhecimento que o seu país dispõe da GNR, que é falada a nível mundial pelas suas capacidades e competências. Este factor também contribui para o sentimento de segurança dos cidadãos.</p> <p>A nível institucional, a GNR beneficia com a experiência que os seus militares adquirem neste tipo de missões (...).</p> <p>Desvantagens não considero que existam...”</p>

Nº4	<p>“Como vantagem, apresento o facto de este tipo de missões permitir a GNR destacar-se como uma força diferente das forças militares e das Forças de Segurança civis, mostrando valências que a tornam a força ideal para participar nas missões de segunda geração. Outra vantagem é o facto de este tipo de missões, projectar o nome de GNR e de Portugal, conferindo um grande prestígio a instituição e ao país, sendo que hoje a GNR é vista como uma força de grande qualidade a nível internacional...”</p>
Nº5	<p>“Eu considero que não existem desvantagens para a GNR e para Portugal com a participação nas OAP. “</p> <p>“Posso dizer que uma força de cerca de 140 militares da GNR, levou o nome de Portugal bem alto, isto no caso de Timor. É uma vantagem a nível de projecção de Portugal.”</p> <p>“Por fim considero que é também uma vantagem o facto de as OAP representarem uma experiência profissional altamente enriquecedora para os militares da Guarda, possibilitando o contacto com a realidade operacional e também com diferentes formas de actuação de outras forças estrangeiras presentes nos mesmos teatros de operações.”</p>
Nº6	<p>“Na minha opinião a GNR retira várias vantagens, de onde posso destacar a visibilidade para a força e também para o país e a experiência acumulada, quer pelas actividades desenvolvidas, quer por contacto com outras forças estrangeiras. Desvantagens, não considero que existam.”</p>

## **CAPÍTULO 8 - ANÁLISE DE RESULTADOS**

### **8.1 Análise das respostas à questão Nº 1**

A questão Nº 1 visava saber se os elementos da GNR que participam em missões internacionais de apoio à paz, recebiam formação específica tendo em conta o teatro de operações onde iriam actuar.

Esta questão é importante pois, diferentes TO exigem diferentes tipos de preparação, visto a força poder depara-se com distintos níveis de ameaça, ou até com questões civis diversas, como culturas em nada similares, sendo por isso muito importante que exista uma formação específica para cada missão em particular.

Da análise feita as respostas relativas a esta questão, por parte dos diversos Oficiais entrevistados, é possível retirar como conclusão que existe de facto uma preparação específica das forças da GNR para as missões internacionais onde é empenhada.

Pelas várias respostas dos entrevistados, que na sua maioria tiveram uma participação directa em missões no exterior, é possível perceber que a preparação para a missão em território iraquiano, por exemplo, foi diferente da preparação para a missão em Timor Leste, tendo sido dada atenção às diferentes especificidades destes dois TO, e ao diferente tipo de desafios que eles apresentariam aos elementos da Guarda.

A preparação dos elementos da GNR para este tipo de missões, é feita em território nacional, através de um Aprontamento, o qual é constituído por vertentes teórica, tórico/prática e prática.

Existe uma matriz geral para os diversos Aprontamentos, contudo, como já foi referido, tendo em conta as especificidades do TO em que a força vai ser empenhada, é dada atenção particular a aspectos que serão mais importantes para cada missão em concreto.

A resposta do entrevistado Nº 6 permite ter uma noção das conclusões que aqui apresentámos: "...em ambas a missões existiu uma formação específica, que consistiu num Aprontamento onde eram abordadas várias temáticas importantes para o correcto desempenhar das missões com que a força se iria deparar no terreno.

Existia, nestes Aprontamentos, uma atenção especial para as especificidades do teatro de operações no qual iríamos actuar, sendo que posso dar como exemplo disto, os vários treinos efectuados na zona de Pinheiro da Cruz, durante o Aprontamento para a

missão no Iraque, pois sendo uma zona bastante arenosa, à partida, seria algo mais próximo do que encontraríamos no TO do Iraque.”<sup>7</sup>

## 8.2 Análise das respostas a questão Nº 2

Com a questão Nº 2, procurava-se perceber qual o espectro de missões em que as forças da GNR tiveram de actuar, nas diferentes missões em que participaram, no sentido de retirar conclusões relativamente à capacidade desta força, para actuar num espectro mais ou menos vasto.

Da análise das respostas a esta questão, é possível perceber que as forças da Guarda, nas diferentes missões em que estiveram presentes, actuaram num espectro de missões abrangente, que vai desde a manutenção de paz até a imposição de paz.

Destaca-se a resposta do entrevistado Nº 5, que demonstra bem este facto: “No caso do Iraque, toda a missão se enquadrava numa operação de *Peaceenforcement*.

No caso de Timor, iniciamos uma missão no contexto de *Peacekeeping*, contudo depois dos atentados contra a vida do Presidente Ramos Horta, houve um agravar da ameaça e do normal funcionamento da vida em sociedade, tendo a GNR desempenhado missões de carácter mais militar, no sentido de repor a paz e a ordem no território de Timor.”<sup>8</sup>

Este facto, se interligado com o reconhecido sucesso nas diversas missões em que participou, demonstra a capacidade da GNR para fazer face a um largo espectro de missões, representado isto uma clara mais-valia, pois se por exemplo existir um aumento do nível de violência num determinado TO (caso de Timor Leste aquando dos ataques contra a vida do Presidente Ramos Horta), a Guarda tem capacidade para dar resposta, mantendo o mesmo nível de eficácia no desempenho da missão.

Em suma, é possível concluir através do conjunto de respostas obtidas, que a GNR consegue abarcar um espectro de missões abrangente, indo desde o nível de ameaça mais baixo (*Peacekeeping*), até a níveis de ameaça mais elevados (*Peaceenforcement*).

## 8.3 Análise das respostas à questão Nº 3

Com questão Nº 3, pretendia-se perceber em que medida as Forças de Segurança de natureza militar, também designadas por forças de tipo Gendarmerie, representam um instrumento importante no quadro das missões internacionais de apoio à paz.

---

<sup>7</sup> Vide Resposta à Questão Nº3 do Entrevistado Nº 6 - Apêndice H

<sup>8</sup> Vide Resposta à Questão Nº3 do Entrevistado Nº 5 - Apêndice G

Esta questão revela-se importante, pois na actualidade assiste-se a um crescimento do número deste tipo de missões, sendo que as forças de tipo Gendarmerie têm tido uma presença forte em diversos teatros de operações, onde se desenrolam missões de paz.

Da análise às várias respostas obtidas relativamente a esta questão, é possível concluir que estas forças, devido às suas especificidades, onde se destaca a sua natureza militar, representam um instrumento muito importante para o atingir do sucesso de uma missão de paz. Em primeiro lugar, este tipo de forças, tendo formação e meios militares, consegue desempenhar um papel muito importante na fase de transição pós-conflito: “Sendo prioritário resolver os problemas de manutenção da ordem pública e criar condições para a normalização da vida social, ou seja, restabelecer a lei e a ordem, num ambiente crítico, em que ainda persistem ameaças militares, as Forças de Segurança de natureza militar constituem-se como o elemento operacional mais qualificado para intervir nestas circunstâncias, podendo desempenhar um papel de grande relevo.”<sup>9</sup>

Na fase de estabilização de um conflito, as forças de tipo Gendarmerie têm a capacidade de responder as questões civis relacionadas com a ordem pública, missão que as Forças Armadas têm mais dificuldade em executar por falta de formação e principalmente menos experiência na área: “Este tipo de forças, quando comparadas com as Forças Armadas, são menos musculadas, têm uma intervenção menos agressiva, e tendem a ser melhor aceites pelas populações, constituindo-se por estes motivos, na minha opinião, como as forças ideais para a fase de estabilização de um conflito.”<sup>10</sup>

As forças de tipo Gendarmerie têm também capacidade, se tal for necessário para responder a uma subida do nível de ameaça, apoiando-se para isso na sua formação militar e nos meios mais musculados que dispõem: “O facto de ser uma força tipo Gendarme confere também a capacidade para lidar com a possibilidade de subida dos níveis de ameaça no TO, algo que é mais complicado para uma polícia civil.”<sup>11</sup>

Outro factor que marca a importância deste tipo de forças em missões de paz, é a facilidade de coordenação e integração relativamente as Forças Armadas, devido ao conhecimento de conceitos militares e a sua própria organização ser do tipo militar: “Outra mais valia é o facto de a nossa condição militar nos permitir “falar a mesma língua” que as forças militares, facilitando assim as necessidade de inter-relação e coordenação de forças.”<sup>12</sup>

<sup>9</sup> Vide Resposta à Questão Nº3 do Entrevistado Nº1 - Apêndice B

<sup>10</sup> Vide Resposta à Questão Nº3 do Entrevistado Nº1 - Apêndice B

<sup>11</sup> Vide Resposta à Questão Nº3 do Entrevistado Nº5 - Apêndice G

<sup>12</sup> Vide Resposta à Questão Nº3 do Entrevistado Nº2 - Apêndice D

Outra característica importante, é o facto de a maioria das forças de tipo Gendarmerie terem capacidade de se auto-sustentar num teatro de operações internacional, algo que têm em comum com as Forças Armadas: “Outra característica importante é o facto de dificilmente uma força de polícia Civil conseguir ser auto-sustentável num teatro de operações externo, algo que é uma capacidade relativamente comum numa força militar e também na grande maioria das forças Gendarmes, sendo disso exemplo a capacidade da GNR se auto-sustentar em território Timorense.”<sup>13</sup>

Em suma, e tendo em conta as respostas obtidas, é possível concluir que as forças de tipo Gendarmerie, pelas suas características próprias, conseguem apresentar um conjunto de mais-valias que as tornam num instrumento importante para atingir o sucesso numa missão internacional de apoio à paz, essencialmente numa fase pós-conflito, onde se procura uma estabilização para depois se atingir uma paz duradoura.

#### 8.4 Análise das respostas à questão Nº 4

A questão nº 4 procurava saber se a GNR teve os meios humanos e materiais necessários, para dar uma resposta cabal às acções que teve de desenvolver nas várias missões onde participou.

Esta questão é importante, pois permite perceber até que ponto a Guarda, tem as ferramentas necessárias para atingir os objectivos de uma missão deste tipo, que exigem meios humanos e materiais muito específicos.

Da análise das várias respostas, é possível concluir que a GNR apresenta meios humanos e materiais de grande qualidade e que permitiram à força, um desempenho positivo e eficaz ao longo das várias missões que efectuou.

Ao nível humano, conclui-se, pela análise das entrevistas, que existe na GNR um elevado potencial para a participação em missões internacionais, destacando-se a experiência dos homens e também, a muita formação que estes recebem relacionada com este tipo de missões: “é importante salientar o factor humano da GNR na participação em OAP. A Guarda é constituída por militares profissionais, com elevado nível de experiência, que já receberam muita formação, devido ao facto de a maioria dos militares que são empenhados nas OAP em que a GNR participa, estarem colocados na Unidade de Intervenção desde as primeiras missões exteriores da Guarda, e muitos terem participado em mais do que uma missão. Tudo isto revela-se um factor muito positivo no âmbito de uma OAP, sendo que a postura e o desempenho dos militares da

<sup>13</sup> Vide Resposta à Questão Nº3 do Entrevistado Nº5 - Apêndice G

GNR se destaca pela positiva, como aliás é provado pelo reconhecimento que nos é dado, quer a nível nacional quer internacional.”<sup>14</sup>

Ao nível material, conclui-se, pela análise das entrevistas, que a GNR está equipada com meios quer individuais, quer colectivos de grande qualidade, adequados para este quadro de missões, facto que foi reconhecido por forças com as quais a Guarda trabalhou directamente em missões internacionais: “Os meios que a Guarda tinha em ambas as missões, foram os suficientes e adequados para o atingir dos objectivos da missão com sucesso. Posso acrescentar que ao nível material, a força da GNR tinha ao seu dispor material de elevada qualidade, que quando em comparação com outras forças congéneres, se revelava muito superior.”<sup>15</sup>

Em suma, é possível concluir que a GNR tem capacidade ao nível humano e material, para desempenhar missões internacionais, sendo que o nível de qualidade de ambos é elevado, tornado a GNR numa força capaz de responder aos vários desafios inerentes a estas missões: “...nas missões em que participou, a GNR teve meios humanos e materiais necessários para dar uma resposta cabal aos desafios que lhe foram apresentados, sendo que o reconhecimento da qualidade das suas participações é uma prova disso mesmo.”<sup>16</sup>

## 8.5 Análise das respostas à questão Nº 5

Através da questão nº 5, pretendia-se perceber em que medida a condição militar dos elementos que constituem a GNR, representava uma mais-valia para a participação destes em missões internacionais de apoio à paz.

Esta questão é importante pois, a característica militar desta força representa um factor de diferenciação relativamente às Forças de Segurança de natureza civil, sendo por isso importante saber se esta diferença trás algo de positivo no âmbito deste tipo de missões.

Pela análise das respostas a questão nº 5, é possível concluir que a característica militar dos elementos da Guarda é, de facto, uma mais-valia.

A condição militar leva a que os elementos que dela partilham, tenham um elevado sentido do dever, que surge da própria formação pessoal que as instituições militares incutem nos seus elementos. Este facto leva a que o militar, no desempenho da sua missão, tenha sempre em vista atingir os objectivos definidos pela sua hierarquia superior, levando a que a organização consiga desempenhar um papel positivo nas

<sup>14</sup> Vide Resposta à Questão Nº3 do Entrevistado Nº5 - Apêndice G

<sup>15</sup> Vide Resposta à Questão Nº4 do Entrevistado Nº6 - Apêndice H

<sup>16</sup> Vide Resposta à Questão Nº4 do Entrevistado Nº1 - Apêndice B



missões onde é empenhada: “Não lhe vou dizer que o sentido do dever é exclusivo dos militares, contudo nestes ele manifesta-se de forma veemente.”<sup>17</sup>

Aliado ao sentido do dever, surge a disciplina, algo que está directamente associado aos militares. Toda a organização militar assenta, entre outros factores, na disciplina. Esta disciplina advém também da formação ao nível dos valores, que as instituições militares proporcionam aos seus elementos. A disciplina das forças militares consegue-se não só pelos regulamentos e códigos militares, mas também pela consciência individual do militar, que na sua maioria olha a disciplina como algo positivo e que deve ser praticado, existindo por isso uma autodisciplina: “Para mim o facto de sermos militares traz consigo a disciplina militar, e isso leva a que a forma de executar as missões seja mais eficaz, pois sendo mais disciplinados, os militares da Guarda são mais proficientes na procura de atingir os objectivos definidos pelos seus chefes.”<sup>18</sup>. A disciplina revela-se importante em situações limite, permitindo não haver entraves por parte dos militares em cumprir o que lhes é pedido. Sendo que em missões de paz, existem por vezes situações limite, a disciplina é sem dúvida uma mais-valia: “Para mim muito do sucesso da GNR em OAP reside na disciplina dos seus homens, que lhe é, em grande medida, conferida pela sua característica e formação militar.”<sup>19</sup>

O facto de a GNR ser uma força composta por militares, facilita também a sua integração num contingente militar internacional, pois partilha conceitos, valores e semelhanças ao nível da organização com as Forças Armadas: “A nossa característica militar é também um elemento facilitador, quando estamos enquadrados sobre um comando militar pois, os conceitos e também os valores militares são por nós conhecidos e partilhados, facilitando assim a relação funcional e também as relações humanas.”<sup>20</sup>

A característica militar da GNR, permite aos seus elementos, terem os conhecimentos técnicos e táticos, assim como o equipamento necessário para fazer face a um espectro de missões abrangente, podendo ir do estritamente policial a missões que exijam uma força mais musculada, com características marcadamente militares. Tendo em conta que nas missões de paz, se assiste a alterações do nível de ameaça, a Guarda, apoiada na sua característica militar, representa uma mais-valia.

Em suma, podemos concluir que a característica militar da GNR representa um factor muito positivo para a participação em missões de paz, conferindo a esta força características que a levam a destacar-se pela positiva de outras Forças de Segurança: “Tendo em conta o facto de o mundo estar tendencialmente mais agitado, onde os

<sup>17</sup> Vide Resposta à Questão Nº5 do Entrevistado Nº1 - Apêndice B

<sup>18</sup> Vide Resposta à Questão Nº5 do Entrevistado Nº5 - Apêndice G

<sup>19</sup> Vide Resposta à Questão Nº5 do Entrevistado Nº5 - Apêndice G

<sup>20</sup> Vide Resposta à Questão Nº5 do Entrevistado Nº6 - Apêndice H



conflitos surgem em cada vez maior numero, com nível de ameaça mais elevado, fazem com que a característica militar de uma força de segurança seja uma mais-valia, pois pressupõe factores como a disponibilidade para a missão, a disciplina, o aceitar de risco e, em ultimo caso, a preparação militar, que permite fazer face a um espectro de situações relacionadas com o conflito, muito mais alargado.” <sup>21</sup>

## 8.6 Análise das respostas à questão Nº 6

Com a questão nº 6, pretendia-se perceber quais as vantagens e desvantagens que advinham para a GNR, tendo em conta a sua participação em missões internacionais.

Esta pergunta é importante, no sentido de perceber se este tipo de missões favorece a Guarda e lhe permite distinguir-se no quadro de forças nacional.

Pela análise das respostas à questão, é possível concluir que a Guarda, e também Portugal, têm muito a ganhar com a participação neste tipo de missões, pois várias são as vantagens apresentadas e as desvantagens tem pouca ou nenhuma expressão.

A projecção do nome da instituição e do país, a experiência adquirida pelos seus elementos, a afirmação do valor da sua característica militar, a possibilidade de adquirir material novo e de qualidade superior e a credibilização da imagem da instituição junto das suas congéneres internacionais, decorrente do sucesso atingindo, representam algumas das vantagens que a GNR conseguiu retirar da sua participação neste tipo de missões, e que são referidas pelos diferentes entrevistados.

Como desvantagens, é apresentada a possibilidade de os meios que estão a ser empregues em missões internacionais, poderem vir a fazer falta em território nacional: “...talvez existam problemas que nos são postos pela participação nestas missões, como a necessidade de empenhar meios humanos e materiais, que podem vir a fazer falta em missões no território nacional.” <sup>22</sup>

Em suma, a Guarda conseguiu potenciar a sua participação neste tipo de missões num conjunto de vantagens que lhe são muito benéficas, apresentando por outro lado poucas desvantagens. Tendo em conta esta realidade, é possível concluir que este tipo de missões são benéficas para a instituição, permitindo a sua evolução a vários níveis e também o reconhecimento nacional e internacional, o que consequentemente favorece a imagem de Portugal no mundo.

---

<sup>21</sup> Vide Resposta à Questão Nº5 do Entrevistado Nº1 - Apêndice B

<sup>22</sup> Vide Resposta à Questão Nº6 do Entrevistado Nº2 - Apêndice D

## CAPÍTULO 9 - VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES E CONCLUSÕES

Este trabalho teve como objectivo perceber em que medida a GNR tem capacidade para desenvolver missões internacionais de apoio à paz, tendo em conta as suas valências e características particulares.

Foram formuladas um conjunto de hipóteses práticas, relacionadas com o tema, passíveis de serem verificadas ou refutadas de acordo com as conclusões obtidas no trabalho de campo, tendo como base a metodologia utilizada.

### 9.1 Verificação das Hipóteses

A cada questão colocada aos entrevistados, corresponde uma hipótese que se pretende verificar, podendo esta ser validada, total ou parcialmente, ou refutada, tendo em conta a análise e a interpretação dos resultados obtidos na fase de trabalho de campo.

#### **Verificação das Hipóteses:**

**H1:** *Os elementos da GNR recebem formação específica para os diversos TO onde vão ser empenhados.*

- Hipótese **totalmente validada** pela interpretação dos resultados da questão N°1.

**H2:** *A GNR consegue fazer face a um largo espectro de missões no âmbito de uma Operação de Apoio à Paz.*

- Hipótese **totalmente validada** pela interpretação dos resultados da questão N°2.

**H3:** *A acção desenvolvida por forças do tipo Gendarmerie é importante para o cumprimento dos objectivos de uma missão internacional de apoio a paz.*

- Hipótese **totalmente validada** pela interpretação dos resultados da questão N°3.

**H4:** *Os meios materiais e humanos que a GNR dispõe, são suficientes para fazer face aos desafios que uma missão de apoio à paz apresenta.*

- Hipótese **totalmente validada** pela interpretação dos resultados da questão N°4.

**H5:** *O facto de ser uma força de segurança de natureza militar é uma mais-valia para a participação em missões de apoio à paz.*

- Hipótese **totalmente validada** pela interpretação dos resultados da questão N°5.

**H6:** *Com a participação em missões de apoio à paz, a GNR só retirou vantagens.*

- Hipótese **parcialmente validada** pela interpretação dos resultados da questão N°6.

## 9.2 Conclusões

Depois da análise teórica e do trabalho de campo efectuado, apresenta-se agora uma súmula conclusiva, que tem como objectivo principal, apresentar uma resposta para a pergunta que serviu de partida para este trabalho: “Qual é o papel da GNR no âmbito das missões internacionais de apoio a paz, tendo em conta as suas valências?”.

Tendo em conta a investigação efectuada, é possível perceber que a Guarda é uma força de segurança com características próprias, que a tornam um instrumento importante em missões internacionais de apoio à paz.

Dentro deste conjunto de características, destaca-se a sua natureza militar, que representa um factor muito positivo para a força no âmbito deste tipo de missões. A característica militar permite à Guarda, desempenhar um largo espectro de missões, conseguindo responder a alterações do nível de ameaça e garantindo um nível de eficácia elevado, pois para além dos conhecimentos sobre técnicas e tácticas militares, tem também meios musculados, que lhe permitem dar uma resposta cabal a situações em que uma polícia civil teria mais dificuldades de solucionar.

Na fase de transição de um conflito para o pós-conflito, a característica militar da GNR, representa também uma mais-valia, permitindo que a força consiga desempenhar um papel importante para o atingir da paz visto que, a Guarda tem plenas capacidades como força de polícia e, em paralelo, consegue dar resposta a situações que exigem uma abordagem mais musculada, conseguindo assim apresentar soluções para a situação de instabilidade que é comum na fase pós-conflito de uma missão de apoio à paz, soluções essas que as Forças Armadas e as polícias civis não conseguem abarcar, pois as primeiras não têm formação policial adequada e as segundas têm dificuldade em responder a níveis de ameaça mais elevados, que exijam uma dinâmica mais forte e uma presença mais musculada.

Também associado à característica militar, está a capacidade de a GNR conseguir obter um bom nível de coordenação e interacção com as Forças Armadas, visto que tem conhecimento dos conceitos tipicamente militares e a sua organização é de tipo militar, podendo dizer-se que a GNR “fala a mesma língua” que as Forças Armadas, representando isto um factor positivo quando se encontra sobre um comando militar, situação que é bastante frequente neste tipo de missões.

Para além dos factores já enunciados, a característica militar da GNR, confere aos seus elementos um conjunto de valores e uma conduta muito própria, típica de uma força militar. A disciplina, o espírito de missão ou a abnegação, por exemplo, são valores tipicamente militares, e que estão presentes nos elementos da GNR. Este facto permite que os elementos da Guarda desenvolvam um trabalho de qualidade nas missões onde são empenhados, garantindo assim o prestígio da instituição e também do país.

A GNR demonstra ter bastante cuidado na preparação dos seus elementos para a participação em missões de paz. As forças que são empenhadas neste tipo de missões recebem uma preparação específica, que tem em atenção as particularidades dos teatros de operações em que vão actuar, sendo que essa formação não incide apenas nas questões operacionais, mas também em questões relacionadas, por exemplo, com o enquadramento cultural do local onde se desenvolve a missão.

A Guarda apresenta os meios humanos e materiais necessários para desempenhar de forma eficaz este tipo de missões, sendo que ao nível material houve um forte investimento, que permitiu à força ter ao seu dispor material de qualidade e em quantidade, colocando a GNR ao nível das suas congéneres neste aspecto.

Tendo em conta os prós e os contras deste tipo de missões para a GNR, e sendo observável que a instituição pode retirar mais proveitos positivos do que do que consequências negativas, é recomendável que a Guarda continue a apostar na sua participação neste tipo de missões, empenhando-se para manter um nível de desempenho elevado.

Em suma, e respondendo a questão de partida, a Guarda pode desempenhar um papel de grande importância no quadro de uma missão de paz, pois tendo em conta as suas valências é uma força que tem um nível de flexibilidade elevado, o que lhe possibilita apresentar soluções para um espectro de situações vasto, conseguindo com a sua formação policial, fazer face as questões civis do pós-conflito, algo que as Forças Armadas tem dificuldade em fazer, e também, decorrente da sua característica militar, consegue dar resposta a possíveis subidas do nível de ameaça, algo que as polícias civis tem dificuldade em atingir, os seus militares recebem a formação adequada para estas missões e os meios que detêm são os necessários para fazer face aos desafios que este tipo de missões apresenta. Assim a GNR representa uma força, que se apresenta como muito adequada para ser empregue numa missão internacional de apoio à paz.

# BIBLIOGRAFIA

## Livros

Academia Militar. (2008). *Orientações para redacção de trabalhos*. Academia Militar, Lisboa.

AMARAL, Diogo Freitas. (2006). *Quinze Meses no Ministério dos Negócios Estrangeiros*. Coimbra: Almedina.

BRANCO, Carlos. (2008). *Desafios à Segurança e Defesa e os Corpos Militares de Polícia*, Lisboa: Edições Sílabo.

CHAVES, Carlos. (2008). Introdução. In *Vários Ciclo de Conferencias Estratégicas sobre segurança e Defesa “Tardes de Queluz”*, (p.7). Queluz: Escola da Guarda.

CRUZ, Marco. (2009). A Participação Portuguesa em Missões de Paz: O Contributo da Guarda Nacional Republicana. In *Vários, Os portugueses nas missões de apoio à paz*. Lisboa: Fundação Mário Soares. (No prelo)

LOPES, Antero. (2006). In *Vários, Portugal e as missões de paz – Volume I, 19 e 20 de Dezembro de 2005*, Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da Republica.

LUTTERBECK, Derek. (2008). A cooperação entre Forças Armadas e forças de segurança. In *Vários, Ciclo de Conferencias Estratégicas sobre segurança e Defesa “Tardes de Queluz”*, (pp.40-49). Queluz: Escola da Guarda.

OLIVEIRA, António Mendes. (2006). In *Vários, Portugal e as missões de paz – Volume I, 19 e 20 de Dezembro de 2005*, Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da Republica.

QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

SARMENTO, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

SANTOS, General Loureiro dos. (2003). *A Idade Imperial*. Lisboa: Edições Europa América

SOLANA, Luís. (2008). Rumo a uma aproximação integral da segurança. In Vários, *Ciclo de Conferencias Estratégicas sobre segurança e Defesa "Tardes de Queluz"*, (pp.50-60). Queluz: Escola da Guarda.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. (2002). *Contributos para a Política de Segurança Interna*, Lisboa: Ministério da Administração Interna.

TRUGLIO, Giovanni. (2008). Forças militares versus forças de polícia tipo da Gendarmerie. In Vários, *Ciclo de Conferencias Estratégicas sobre segurança e Defesa "Tardes de Queluz"*, (pp.27-39). Queluz: Escola da Guarda.

United Nations Organization. (2008). *United Nations Peacekeeping Operations Principles and Guidelines*, Nova York: United Nations Department of Peacekeeping Operations.

## **Artigos Publicados em Periódicos**

DUARTE, Francisco Alegre. (2008). Portugal e as missões de paz no estrangeiro – algumas notas de reflexão. *Negócios Estrangeiros*, (13), pp. 133-138.

SOARES, Paulo António Pereira. (2005). Presença da Guarda em missões de manutenção e apoio à paz. *Pela Lei e Pela Grei*, (3), pp. 44-47.

MATIAS, José Manuel Gomes. (2001). O emprego das Forças de Segurança com estatuto militar em operações de manutenção de paz, no âmbito internacional. *Revista Pela Lei e Pela Grei*, (4), pp.5-9.

HERMENEGILDO, Reinaldo Saraiva. (2008). O Papel da GNR em Timor-Leste: um contributo para a política Externa de Portugal. *Revista Militar*, (2477), pp. 783-812.

CARREIRA, Carlos Manuel Pona Pinto. (2005). A Legitimidade da Missão da GNR no Iraque. *Revista Militar*, (2446), pp. 1215-1270.

## **Teses e Monografias**

LOPES, Irina de Fátima Henriques. (2008). *A integração de mulheres na Guarda Nacional Republicana, dissertação final de mestrado em ciências militares*. Lisboa: Academia Militar.

## **Documentos Electrónicos**

RODRIGUES, Francisco. (2007,4 de Outubro). A Guarda Nacional Republicana nas Missões de Paz. *Jornal Defesa e Relações Internacionais*. Recuperado em 12 de Janeiro, 2009 em <http://www.jornaldefesa.com.pt>.

DUQUE, José Fernando Jorge. (1998). Portugal nas missões de paz. *Janus1998*. Recuperado em 15 de Janeiro, 2009, em [www.janusonline.pt](http://www.janusonline.pt).

DUQUE, José Fernando Jorge. (2005). Panorâmica Geral das Missões de Paz. *Janus2005*. Recuperado em 15 de Janeiro, 2008, em [www.janusonline.pt](http://www.janusonline.pt).

## **Endereços Electrónicos**

Guarda Nacional Republicana: [www.gnr.pt](http://www.gnr.pt)  
(consultado em 20 de Janeiro de 2009)

Jornal Defesa e Relações Internacionais: [www.jornaldefesa.com.pt](http://www.jornaldefesa.com.pt)  
(consultado em 12 de Janeiro de 2009)

Jornal Sol: [http.sol.sapo.pt](http://sol.sapo.pt)  
(consultado em 22 de Janeiro de 2009)

Ministério dos Negócios Estrangeiros: [www.mne.gov](http://www.mne.gov)  
(consultado em 15 de Fevereiro)

Organização das Nações Unidas: [www.un.org](http://www.un.org)  
(consultado em 11 de Fevereiro de 2009)

Revista Janus: [www.janusonline.pt](http://www.janusonline.pt)  
(consultado em 15 de Janeiro de 2009)

Revista Militar: [www.revistamilitar.pt](http://www.revistamilitar.pt)  
(consultado em 25 de Janeiro de 2009)

## APÊNDICES



## Apêndice A

### Guião de Entrevista a Sua Excelência o Tenente-General Mourato Nunes

**Tema:** A GNR e as Missões Internacionais – Uma força de Charneira.

#### Perguntas:

1. Considera que a participação de forças de tipo Gendarmerie em Operações de Apoio à Paz representa uma mais-valia? (Se sim, em que medida?)
2. Tendo em conta a experiência e o conhecimento que detêm da instituição, considera que a GNR teve capacidade, ao nível de recursos humanos e materiais, para participar nas missões internacionais em que esteve presente?
3. Tendo em conta a experiência e o conhecimento que detêm da instituição, considera que a formação específica dos militares da GNR para as missões de paz é a melhor?
4. O facto de a GNR ser uma força de polícia constituída por militares representa um factor positivo para a sua participação em missões de paz? (Se sim, em que medida?)
5. Na sua opinião, quais as vantagens e desvantagens para a GNR, com a sua participação neste tipo de missões?
6. Na sua opinião, e tendo em conta as missões internacionais de apoio à paz já efectuadas pela GNR, e as competências que lhe cabem neste tipo de missões, considera que foram atingidos, os objectivos definidos para o sucesso das missões?

Muito obrigado pela sua colaboração!

## **Apêndice B**

### **Entrevista a**

#### **Sua Excelência o Tenente-General Mourato Nunes**

**1. Considera que a participação de forças de tipo Gendarmerie em Operações de Apoio à Paz representa uma mais-valia? (Se sim, em que medida?)**

Entendo que este tipo de forças representa uma significativa mais-valia para as Operações de Apoio à Paz, principalmente na fase de estabilização.

De facto, as Forças de Segurança de natureza militar dispõem de meios, em particular as suas unidades de intervenção e reserva, especialmente adequados para o cumprimento deste tipo de missões, uma vez que podem conjugar a intervenção policial com a capacidade para desenvolver operações militares de baixa intensidade.

Tais características, permitem assegurar, durante a fase de estabilização, uma correcta transição entre a acção das Forças Armadas e a acção policial.

Sendo prioritário resolver os problemas de manutenção da ordem pública e criar condições para a normalização da vida social, ou seja, restabelecer a lei e a ordem, num ambiente crítico, em que ainda persistem ameaças militares, as Forças de Segurança de natureza militar constituem-se como o elemento operacional mais qualificado para intervir nestas circunstâncias, podendo desempenhar um papel de grande relevo.

Este tipo de forças, quando comparadas com as Forças Armadas, são menos musculadas, têm uma intervenção menos agressiva, e tendem a ser melhor aceites pelas populações, constituindo-se por estes motivos, na minha opinião, como as forças ideais para a fase de estabilização de um conflito.

É de realçar a importância da coabitação no Teatro de Operações, de Forças Armadas e Forças de Segurança em determinadas fase do conflito, complementando-se mutuamente nas suas acções, sendo que nestas circunstâncias, as Forças de Segurança de natureza militar, por terem uma matriz de formação de base semelhante à das Forças Armadas, de onde destaco, no caso da GNR, o facto de a formação de Oficiais ser ministrada na mesma instituição que as Forças Armadas, podem ter mais facilidade na interacção e coordenação com estas.

**2. Tendo em conta a experiência e o conhecimento que detêm da instituição, considera que a GNR teve capacidade, ao nível de recursos humanos e materiais, para participar nas missões internacionais em que esteve presente?**

Esta questão é interessante e paralelamente complexa. A primeira análise que teve de ser feita aquando da tomada de decisão relativamente a participação neste tipo de missões por parte da GNR, levou a colocar a questão da capacidade da Guarda para as desempenhar. Esta capacidade estende-se por diferentes vectores como a força anímica dos seus elementos ser a necessária para este tipo de missões, a existência ou não dos conhecimentos técnicos necessários para desempenhar bem estas missões, bem como se o nível de capacidade física dos seus elementos atinge um patamar suficiente para as exigências deste tipo de missões.

Para além destes aspectos relacionados com o factor humano, é importante saber se a força tem capacidade de sustentabilidade financeira para este tipo de missões, que são sempre muito dispendiosas, mesmo que sobre a égide de um organismo internacional, e também se existe o equipamento individual e colectivo necessário para fazer face aos desafios que estas missões apresentam.

No caso de Timor Leste, depois da entrada da GNR, em 2000, e do despenho da força no terreno, considero que os meios disponíveis permitiram uma experiência muito positiva a todos os níveis. A força da GNR era seguramente a força melhor equipada e melhor instalada naquele território. É importante referir a capacidade de sustentação da força da Guarda, onde destaco meios como o posto de comando ou os banhos e padaria de campanha, só para dar alguns exemplos.

No caso do Iraque, na minha opinião, a missão mais arriscada que foi atribuída às forças portuguesas no pós-25 de Abril, atendendo às especificidades do teatro de operações, tornou-se necessário adquirir novos meios, que conferissem às forças da Guarda um nível de protecção, leia-se blindagem, mais elevado. Foram também adquiridos meios de comunicação modernos.

Em suma, nas missões em que participou, a GNR teve meios humanos e materiais necessários para dar uma resposta cabal aos desafios que lhe foram apresentados, sendo que o reconhecimento da qualidade das suas participações é uma prova disso mesmo.

**3. Tendo em conta a experiência e o conhecimento que detêm da instituição, considera que a formação específica dos militares da GNR para as missões de paz é a melhor?**

Considero que sim. A formação específica para os vários teatros de operações é tida em conta pela GNR, sendo que os militares são preparados de maneira a dar resposta as características particulares de cada Teatro de Operações. Houve situações, como é o caso da segunda missão em Timor Leste, que por imperativos de tempo, teve uma preparação mais diminuta, o que foi compensado pela experiência já acumulada noutras missões, permitindo à GNR assegurar as necessárias condições para um desempenho competente como aliás o fez. O conhecimento e o respeito pelos aspectos da cultura dos locais onde é desenvolvida a missão é um elemento muito importante na formação específica dos militares da Guarda e a que dei a maior atenção enquanto desempenhei as funções de Comandante-Geral da Guarda. O caso do Iraque é um exemplo, tendo os militares da GNR sido formados e preparados no sentido de conhecerem e respeitarem a cultura árabe e as suas diferentes formas de estar, de socializar, os seus princípios.

Existe uma matriz comum na formação específica para as missões internacionais, contudo são tidas em conta as especificidades dos diferentes Teatros de Operações onde se vai actuar. Assim, por exemplo, no caso do Aprontamento para a missão no Iraque, e tendo em conta as características da missão, foi dada uma atenção especial a formação de carácter militar.

**4. O facto de a GNR ser uma força de polícia constituída por militares representa um factor positivo para a sua participação em missões de paz? (Se sim, em que medida?)**

Sim, é uma mais-valia. A condição militar pressupõe a aceitação de renunciar a um conjunto de direitos constitucionais e o assumir de um conjunto de deveres a que o comum cidadão não está obrigado. Estes deveres, que em última análise representam o sacrifício da própria vida em favor da pátria, definem a condição militar. A preparação militar, vai dotar o indivíduo de um conjunto de valores que lhe permitem aceitar com naturalidade os deveres que passou a ter e a renúncia de direitos que teve de fazer por ser militar. Não lhe vou dizer que o sentido do dever é exclusivo dos militares, contudo nestes ele manifesta-se de forma veemente.

Outro factor importante é a preparação e o treino militar. Uma força do tipo da GNR, tem uma formação militar de base, em paralelo com a formação policial. Tendo em conta

o facto de o mundo estar tendencialmente mais agitado, onde os conflitos surgem em cada vez maior numero, com nível de ameaça mais elevado, fazem com que a característica militar de uma Força de Segurança seja uma mais-valia, pois pressupõe factores como a disponibilidade para a missão, a disciplina, o aceitar de risco e, em ultimo caso, a preparação militar, que permite fazer face a um espectro de situações relacionadas com o conflito, muito mais alargado.

**5. Na sua opinião, quais as vantagens e desvantagens para a GNR, com a sua participação neste tipo de missões?**

Na minha opinião não houve desvantagens, ou pelo menos elas foram tão indirectas que não as considero.

Pelo contrário, houve muitas vantagens. Em primeiro lugar a GNR ganhou uma auto-estima e autoconfiança muito grande, que lhe permitiram afirmar-se como uma força diferente. Houve também uma grande projecção do nome da instituição, assim como um enriquecimento dos seus elementos pela experiência adquirida nas várias missões. A participação neste tipo de missões, permitiu a GNR ganhar uma credibilidade muito grande junto das suas congéneres e de outras forças internacionais, sendo que hoje a GNR desempenha papéis de destaque, por exemplo na EUROGENDFOR.

Em suma a participação da Guarda nestas missões trouxe-lhe muitos proveitos positivos.

As missões são também um estímulo para a Guarda, pois permitem demarcar uma diferença relativamente as restantes forças.

**6. Na sua opinião, e tendo em conta as missões internacionais de apoio à paz já efectuadas pela GNR, e as competências que lhe cabem neste tipo de missões, considera que foram atingidos, os objectivos definidos para o sucesso das missões?**

Eu considero que as missões que foram atribuídas a GNR, foram cumpridas cabalmente. O objectivo da Guarda, enquanto Força de Segurança, é garantir a estabilidade e segurança nos países onde está a trabalhar, e foi isso que a GNR sempre fez.

A Guarda foi muito ambiciosa, e foi para além do que lhe era exigido fazer, pois teve capacidade para tal, desempenhando nestas missões um trabalho de grande nível, que é reconhecido quer a nível nacional quer internacional.

## Apêndice C

### Guião da Entrevista

**Tema:** A GNR e as Missões Internacionais – Uma Força de Charneira

Perguntas:

1. As forças da GNR tiveram formação específica para as missões onde participaram? Se sim, em que consistiu?
2. Qual era a fase, tendo em conta o espectro de missões de uma OAP, em que se encontrava o TO quando a GNR iniciou a missão? Qual era a fase aquando do fim da missão?
3. Considera que as forças de tipo gendarmes em OAP são um instrumento importante? Em que aspectos?
4. A GNR teve capacidade, ao nível de recursos humanos e materiais, para participar nas OAP em que esteve presente?
5. A característica militar da GNR foi uma mais-valia para a participação nas missões de apoio a paz em que esteve presente? De que formas?
6. Na sua opinião, quais as vantagens e desvantagens para a GNR/Portugal com a sua participação nas OAP?

Muito obrigado pela sua colaboração!

## **Apêndice D**

### **Entrevista ao**

### **Tenente-Coronel Rodrigues**

**1. As forças da GNR tiveram formação específica para as missões onde participaram? Se sim, em que consistiu?**

Sim. A força teve uma formação específica em território nacional, que consistiu num Aprontamento em que foram abordadas as especificidades que TO iria apresentar, e também o treino da vertente técnica/táctica dos militares, em procedimentos de actuação que se previam ser utilizados na missão.

**2. Qual era a fase, tendo em conta o espectro de missões de uma OAP, em que se encontrava o TO quando a GNR iniciou a missão? Qual era a fase aquando do fim da missão?**

Na altura da chegada do meu contingente, o espectro em que se encontrava a missão da GNR em Timor Leste era o de *Peacemaking*. Contudo os primeiros contingentes depararam-se com uma situação que se enquadrava num espectro de *Peaceenforcement*. À saída do meu contingente, não houve alteração do espectro de missão, continuando como *Peacemaking*.

**3. Considera que as forças de tipo gendarmes em OAP são um instrumento importante? Em que aspectos?**

Neste tipo de missões, em que existe necessidade de intervir com forças policiais, quer seja no âmbito da formação ou reforço/substituição da força de policia local, as forças de tipo Gendarmerie são uma clara mais-valia, pois este tipo de forças conseguem ter ao seu dispor um conjunto de meios que as polícias civis não têm, conseguem também cumprir missões que vão para além das normais missões de policia, fazendo a ponte entre a vertente policial e militar. Outra mais valia é o facto de a nossa condição militar nos permitir “falar a mesma língua” que as forças militares, facilitando assim as necessidade de inter-relação e coordenação de forças.

Para além destes factores que apresentei, quero realçar outro que considero muito importante, que é o espírito de disponibilidade para a missão, e a predisposição para o cumprimento da mesma, que é muito acima da média na generalidade dos elementos que constituem forças de tipo Gendarmerie, tendo eu observado isto na

missão em que participei, e na qual pude ter contacto com outras forças de polícia que não tinham o mesmo padrão de formação que uma força gendarmica.

#### **4. A GNR teve capacidade, ao nível de recursos humanos e materiais, para participar nas OAP em que esteve presente?**

Sem querer entrar em processos de imodéstia, penso que sou das pessoas melhor colocadas para falar sobre esse tema, pois tive uma posição activa no processo das missões de Timor Leste, estive por dentro da preparação da missão no Iraque, e fui em conjunto com mais dois Oficiais da GNR, a Nova Iorque para negociar a implementação da missão em Timor, tendo participando também no processo de escolha do material a adquirir para estas missões. Tendo em conta o que referi, tenho um conhecimento abrangente do que são os meios que a GNR dispõe, e não só ao nível material, mas também humano, pois tenho mais de 20 anos de Guarda e muitos deles no antigo Regimento de Infantaria. Decorrente deste conhecimento abrangente, arrisco dizer que a GNR é, no panorama das forças de polícia que participam em missões de paz, uma das que esta melhor preparadas. Digo isto porque, a Guarda tem bastante flexibilidade e disponibilidade em colocar uma força num determinado TO, e isto muito devido aos seus recursos humanos, que mesmo com meios que por vezes não são os melhores, conseguem desempenhar as suas missões com o sucesso que se conhece. Muita forças nossas congéneres, não tem o nosso nível de flexibilidade, sendo que se não tiveram determinados meios, como uma pistola em específico ou uma viatura em particular, tem dificuldade em conseguir desenvolver a missão da melhor forma. Isto não acontece com a GNR, pois é a força que se adapta as condições e meios que pode ter, conseguindo sempre atingir os objectivos que lhe são propostos, com os meios que lhe são postos a disposição.

Ao nível de material, nos últimos anos a Guarda tem adquirido muito equipamento de grande qualidade, que a coloca ao nível das melhores forças Gendarmes.

Em suma, na minha opinião a GNR deve-se orgulhar daquilo que tem, e não deve perder a oportunidade de participar em missões deste tipo, pois tem todas as condições para as desempenhar da forma brilhante, como aliás é já seu apanágio, tendo em conta as missões em que participou.



**5. A característica Militar da GNR foi uma mais-valia para a participação nas missões de apoio a paz em que esteve presente? De que formas?**

Acima de tudo, acho importante destacar, que a nossa característica militar confere à força uma organização estruturada, que a torna eficiente e eficaz nas missões e uma disponibilidade dos seus elementos, que só termina com o cumprimento da missão.

Eu gostava de deixar aqui uma ideia de Sérgio Vieira de Melo, que me foi dirigida pessoalmente aquando do retorno do meu contingente da missão em Timor, e na qual ele referia que a matriz organizacional da GNR iria ser por ele apontada ao Sr. Secretario Geral da ONU, como a matriz a adoptar em todas as missões deste tipo.

**6. Na sua opinião, quais as vantagens e desvantagens para a GNR/Portugal com a sua participação nas OAP?**

Em primeiro lugar quero dizer que não considero que existiam desvantagens para a GNR, talvez existam problemas que nos são postos pela participação nestas missões, como a necessidade de empenhar meios humanos e materiais, que podem vir a fazer falta em missões no território nacional.

Relativamente às vantagens, em primeiro lugar destaco a afirmação nacional, conseguida pelas prestações brilhantes da Guarda, o melhoramento dos equipamentos, muitas vezes financiados pelas NU e por último, a experiência que é adquirida pelos militares, que lhes permite estar preparados para possíveis situações semelhantes em território nacional, podendo dar uma resposta mais cabal.

## **Apêndice E**

### **Entrevista ao**

### **Major Silvério**

#### **1. As forças da GNR tiveram formação específica para as missões onde participaram? Se sim, em que consistiu?**

Os militares que participaram nas missões eram na sua maioria pertencentes ao extinto Regimento de Infantaria (RI), com um elevado nível de competências técnico-profissionais. O grande número de missões e consequente rotação de contingentes conduz à necessidade de empenhamento de militares de outras Unidades, o que poderá diminuir este nível de competências.

Os militares que pertenciam ao RI tinham, no seu dia-a-dia, a formação necessária para participar neste tipo de missões. Os restantes militares que não pertenciam ao RI não tinham essa formação, contudo a todos foi ministrado um Aprontamento, que visava preparar todos os militares para as especificidades do TO que iriam encontrar na missão. Nas matérias destes Aprontamentos tem-se em atenção a missão do escalão superior que nos é atribuída, da qual retiramos as tarefas que vão ser atribuídas à Força e redigimos a nossa missão restabelecida. Tendo em conta esta missão preparamos os contingentes. Os Aprontamentos são específicos para cada missão, sendo que preparação para a missão do Iraque foi diferente em termos de exigência, ao nível da instrução, em relação à missão de Timor.

#### **2. Qual era a fase, tendo em conta o espectro de missões de uma OAP, em que se encontrava o TO quando a GNR iniciou a missão? Qual era a fase aquando do fim da missão?**

No caso de Timor, posso considerar que a missão se desenvolveu dentro do espectro de *Peacekeeping*.

No caso do Iraque, as circunstâncias foram diferentes, porque as condições de segurança alteraram-se no decorrer da missão. O nível de ameaça e risco subiu substancialmente. Por outro lado, como as circunstâncias da missão levaram à necessidade do recurso ao uso da força, considero que iniciamos a missão no espectro de *Peacekeeping* e evoluiu para o *Peaceenforcement*.

### **3. Considera que as forças de tipo gendarmes em OAP são um instrumento importante? Em que aspectos?**

São um instrumento muito importante. Há inclusivamente uma tendência internacional para atribuir uma maior preponderância a este tipo de forças. Estas forças apresentam características que são uma mais-valia. Destaco as seguintes: são forças mais disciplinadas; a rusticidade que é típica dos militares permite uma fácil adaptação a qualquer tipo TO, o que é uma evidente vantagem; a formação de base dos militares leva a que se consigam aplicar conhecimentos doutrinários de forma proficiente e em operações combinadas; e por último, a flexibilidade que é inerente a este tipo de forças dá mais garantias aos países de origem.

Verificamos uma tendência ao nível internacional, de países que não têm este tipo de força a adoptarem diligências para as implantar. O sucesso que este tipo de forças tem tido em vários TO e a forma proficiente em como são empenhadas nos países de origem, constituem só por si o seu “marketing”.

### **4. A GNR teve capacidade, ao nível de recursos humanos e materiais, para participar nas OAP em que esteve presente?**

Sim. A GNR é para mim, a instituição mais flexível do nosso país, e muito disto está relacionado com os meios humanos. Considero que temos os recursos humanos adequados para este tipo de missões. Ao nível de recursos materiais a GNR tem sido catalogada como uma das forças mais bem equipadas nas missões em que participou.

### **5. A característica Militar da GNR foi uma mais-valia para a participação nas missões de apoio a paz em que esteve presente? De que formas?**

Em primeiro lugar, é uma mais-valia pela formação dos Oficiais da instituição, quer a nível do direito, quer dos conhecimentos militares, sendo que nas participações em missões internacionais esta formação tem dado frutos muito positivos, com participações de bom nível. Os conhecimentos doutrinários ao nível das várias academias são semelhantes e comuns, em várias áreas do conhecimento.

Surgem associados aos conhecimentos de base, outros factores como o sentido do dever, disponibilidade permanente, a disciplina, lealdade, etc. Estas qualidades militares são inegáveis e reconhecidas na sociedade civil.

A natureza da Força, só por si assegura a flexibilidade, o comando e controlo e, nas áreas em que é necessário, a coordenação com as Forças Armadas (interoperabilidade de Forças). Em caso algum, nos podemos esquecer do Estado de

excepção constitucionalmente previstos no ordenamento constitucional. Em tempo de paz, cumprimos dentro do nosso espectro habitual de missões, as tarefas que garantem a ordem e a paz pública e asseguram o normal funcionamento das instituições democráticas, tudo isto em prol do cidadão. Mas é também, em tempo de paz que nos devemos preparar para o estado de excepção, e aqui a nossa natureza constitui-se, também, como uma mais-valia.

## **6. Na sua opinião, quais as vantagens e desvantagens para a GNR/Portugal com a sua participação nas OAP?**

Houve vantagens ao nível da projecção da imagem da instituição, como um todo, e do país. A nível interno, penso que é agradável para qualquer português ter conhecimento que o seu país dispõe da GNR que é falada a nível mundial pelas suas capacidades e competências. Este factor também contribui para o sentimento de segurança dos cidadãos.

A nível institucional, a GNR beneficia com a experiência que os seus militares adquirem neste tipo de missões. As missões permitem a aquisição de conhecimentos e promovem a “maturidade” profissional.

Desvantagens não considero que existam, embora tenhamos consciência que o empenhamento de militares em missões internacionais exige um esforço humano significativo, em detrimento dos reforços que deveriam existir, em prol do serviço policial interno, ou seja, em abono do serviço territorial.

## **Apêndice F**

### **Entrevista ao**

### **Capitão Carvalho**

**1. As forças da GNR tiveram formação específica para as missões onde participaram? Se sim, em que consistiu?**

Todas as forças que participaram nas diferentes missões tiveram um Aprontamento que visava a preparação dos militares, quer no âmbito do treino geral das especialidades, quer o treino de técnicas e táticas específicas a utilizar nas missões, tendo em conta as especificidades dos diferentes TO onde iríamos estar presentes. Um exemplo foi a atenção especial dada às táticas e técnicas militares aquando do Aprontamento para a missão no Iraque, visto que as especificidades do TO assim o exigiam.

**2. Qual era a fase, tendo em conta o espectro de missões de uma OAP, em que se encontrava o TO quando a GNR iniciou a missão? Qual era a fase aquando do fim da missão?**

Na primeira missão de Timor considero que se pode enquadrar numa missão de manutenção e consolidação da paz, sendo que na segunda missão em Timor, assim como na missão do Iraque, considero que se pode enquadrar numa missão de imposição de paz e mais tarde de manutenção da paz.

**3. Considera que as forças de tipo gendarmes em OAP são um instrumento importante? Em que aspectos?**

Na minha opinião, as forças de tipo Gendarmes são sem dúvida uma mais-valia pois tem a capacidade para entrar, numa situação pós-conflito, ao mesmo tempo que a força militar, conseguido fazer face a situações de distúrbios civis, que são comuns nesta fase, por exemplo: as pilhagens, homicídios, roubos, etc., situações essas que a força militar não está preparada para resolver. Pelo contrario as forças policiais tem a formação adequada para por cobro a estas situações criminais e também para garantirem a prova e assim tornar possível punir os seus responsáveis.

O facto de ser uma força tipo Gendarme confere também a capacidade para lidar com a possibilidade de subida dos níveis de ameaça no TO, algo que é mais complicado para uma polícia civil.

**4. A GNR teve capacidade, ao nível de recursos humanos e materiais, para participar nas OAP em que esteve presente?**

A GNR evoluiu muito ao nível dos recursos humanos e materiais com a participação nas missões internacionais. A Guarda teve a possibilidade de adquirir meios de grande qualidade e também de dar formação adequada aos seus militares, sendo que hoje é uma força com capacidade para desempenhar este tipo de missões com elevado nível de sucesso, sendo esta capacidade reconhecida a nível internacional.

**5. A característica Militar da GNR foi uma mais-valia para a participação nas missões de apoio a paz em que esteve presente? De que formas?**

A característica militar apresenta vantagens ao nível da disciplina, organização e espírito de missão. O facto de sermos militares facilita a nossa integração num contingente militar internacional, a nossa organização permite-nos uma adaptação no terreno muito mais fácil, que se traduz depois na disciplina e no espírito de missão, pois a nossa formação militar leva a que a forma de encarar as dificuldades seja muito mais proficiente. Ao nível operacional, o facto de sermos militares permite-nos operar em situações que vão desde o tipicamente militar ao puramente policial, obtendo em ambos os casos um nível de sucesso elevado, como aliás é provado pelas experiências obtidas nas missões do Iraque e Timor.

**6. Na sua opinião, quais as vantagens e desvantagens para a GNR/Portugal com a sua participação nas OAP?**

Como vantagem apresento o facto de este tipo de missões permitir a GNR destacar-se como uma força diferente das forças militares e das Forças de Segurança civis, mostrando valências que a tornam a força ideal para participar nas missões de segunda geração. Outra vantagem é o facto de este tipo de missões projectar o nome de GNR e de Portugal, conferindo um grande prestígio a instituição e ao país, sendo que hoje a GNR é vista como uma força de grande qualidade a nível internacional, e como exemplo disto é o facto de a Austrália ter criado uma força de polícia muito semelhante a Guarda, isto depois de ter tido contacto com a nossa instituição em Timor-Leste, tendo a GNR servido de referencial para a criação de uma força estrangeira.

## **Apêndice G**

### **Entrevista ao**

### **Capitão Martinho**

#### **1. As forças da GNR tiveram formação específica para as missões onde participaram? Se sim, em que consistiu?**

Sim. Quer na missão do Iraque, quer na de Timor, foi feito um Aprontamento composto por parte teórica, teórico-prática e prática, que visava preparar os militares para as especificidades do TO que iriam encontrar na missão. No Aprontamento do Iraque, devido ao facto de termos recebido muito material novo, com o qual não tínhamos experiência de utilização, insistiu-se muito no treino de adaptação a toda a panóplia de material que tínhamos recebido. Para além disto foi também dada muita atenção as regras de empenhamento (ROE) a aplicar no TO do Iraque. Devido às especificidades da missão no Iraque, foram também treinadas missões de características marcadamente militares como rupturas de combate ou combate de secção.

No caso de Timor, o Aprontamento, devido às especificidades do TO, teve uma base muito mais de carácter policial, com técnicas de abordagem ou condução de detidos por exemplo.

#### **2. Qual era a fase, tendo em conta o espectro de missões de uma OAP, em que se encontrava o TO quando a GNR iniciou a missão? Qual era a fase aquando do fim da missão?**

No caso do Iraque toda a missão se enquadrou numa operação de *PeaceEnforcement*.

No caso de Timor, iniciamos a missão no contexto de *Peacekeeping*, contudo depois dos atentados contra a vida do Presidente Ramos Horta, houve um agravar da ameaça e do normal funcionamento da vida em sociedade, tendo a GNR desempenhado missões de carácter mais militar, no sentido de repor a paz e a ordem no território de Timor.

#### **3. Considera que as forças de tipo gendarmes em OAP são um instrumento importante? Em que aspectos?**

Para mim, uma força que tem tudo o que uma força policial tem, e junta a isso a disciplina, o equipamento e armamento, assim como conhecimentos técnicos e táticos de uma força militar só pode ser uma mais-valia, quer em território nacional ou no âmbito

de um OAP. Para além disto, uma força de tipo Gendarme, como é a GNR, consegue fazer face a um espectro de missões muito vasto, que pode ir desde o núcleo Escola Segura até ao espectro puramente militar com situações de combate declarado, existindo troca de fogo com o inimigo, como sucedeu no Iraque. Outra característica importante é o facto de dificilmente uma força de polícia civil conseguir ser auto-sustentável num teatro de operações externo, algo que é uma capacidade relativamente comum numa força militar e também na grande maioria das forças Gendarmes, sendo disso exemplo a capacidade da GNR de se auto-sustentar em território Timorense.

#### **4. A GNR teve capacidade, ao nível de recursos humanos e materiais, para participar nas OAP em que esteve presente?**

Sim. Quer ao nível de recursos humanos, quer materiais, a força da GNR teve sempre capacidade para responder as situações que se lhe deparavam, sendo inclusivamente elogiada pelas forças que com ela estavam nos vários TO. Posso dar com exemplo disto, o facto de o próprio comandante do regimento italiano dizer que preferia trabalhar com a força da GNR do que com a força italiana.

É importante salientar o factor humano da GNR na participação em OAP. A Guarda é constituída por militares profissionais, com elevado nível de experiência, que já receberam muita formação, devido ao facto de a maioria dos militares que são empenhados nas OAP em que a GNR participa, estarem colocados na Unidade de Intervenção desde as primeiras missões exteriores da Guarda, e muitos terem participado em mais do que uma missão. Tudo isto revela-se um factor muito positivo no âmbito de uma OAP, sendo que a postura e o desempenho dos militares da GNR se destaca pela positiva, como aliás é provado pelo reconhecimento que nos é dado, quer a nível nacional, quer internacional.

#### **5. A característica Militar da GNR foi uma mais-valia para a participação nas missões de apoio a paz em que esteve presente? De que formas?**

Sim, sem dúvida. Para mim o facto de sermos militares, trás consigo a disciplina militar, e isso leva a que a forma de executar as missões seja mais eficaz, pois sendo mais disciplinados, os militares da Guarda são mais proficientes na procura de atingir os objectivos definidos pelos seus chefes. Uma força pode ter grandes condições materiais, tendo equipamento e armamento muito evoluído, mas se o factor humano não tiver qualidade, dificilmente se consegue atingir objectivos e o sucesso. Para mim, muito do sucesso da GNR em OAP reside na disciplina dos seus homens, que lhe é, em grande medida, conferida pela sua característica e formação militar. A disciplina não é um



exclusivo das forças militares, contudo, no seio destas ela é levada muito a sério, e a GNR é disso um exemplo, sendo que no caso da Unidade de Intervenção, mais do que disciplina, existe uma autodisciplina por parte dos seus militares.

Outra mais-valia da nossa condição militar, reside no facto de, tendo conhecimento de técnicas e tácticas militares, e também de dispor de equipamento e armamento militar, as forças da GNR tem uma maior autoconfiança nas suas capacidades e sentem-se mais seguras relativamente as ameaças com que se deparam. Timor é um perfeito exemplo disto que acabei de referir, pois grande parte da ameaça provinha de ex-militares do exército timorense, armados e equipados, e contudo os militares da Guarda sabiam que tinham capacidades para estar a altura, em grande parte devido a sua condição militar.

## **6. Na sua opinião, quais as vantagens e desvantagens para a GNR/Portugal com a sua participação nas OAP?**

Eu considero que não existem desvantagens para a GNR e para Portugal com a participação nas OAP.

Posso dizer que uma força de cerca de 140 militares da GNR levou o nome de Portugal bem alto, isto no caso de Timor. É uma vantagem a nível de projecção de Portugal.

Há também uma vantagem a nível económico, visto que as missões no âmbito da ONU são totalmente pagas por esta organização. Tudo é pago desde os homens ao material. Assim o material é rentabilizado, possibilitado novas aquisições ou melhoramentos no material já adquirido.

Por fim considero que é também uma vantagem o facto de as OAP representarem uma experiência profissional altamente enriquecedora para os militares da Guarda, possibilitando o contacto com a realidade operacional e também com diferentes formas de actuação de outras forças estrangeiras presentes nos mesmos teatros de operações.

## **Apêndice H**

### **Entrevista ao**

### **Capitão Silva**

#### **1. As forças da GNR tiveram formação específica para as missões onde participaram? Se sim, em que consistiu?**

Sim. Em ambas a missões existiu uma formação específica, que consistiu num Aprontamento onde eram abordadas várias temáticas importantes para o correcto desempenhar das missões com que a força se iria deparar no terreno.

Existia nestes Aprontamentos, uma atenção especial para as especificidades do teatro de operações no qual iríamos actuar, sendo que posso dar como exemplo disto, os vários treinos efectuados na zona de Pinheiro da Cruz, durante o Aprontamento para a missão no Iraque, pois sendo uma zona bastante arenosa, à partida, seria algo mais próximo do que encontraríamos no TO do Iraque.

#### **2. Qual era a fase, tendo em conta o espectro de missões de uma OAP, em que se encontrava o TO quando a GNR iniciou a missão? Qual era a fase aquando do fim da missão?**

Em Timor toda a missão em que participei decorreu dentro do espectro de uma operação de Manutenção de Paz, sendo que as forças da GNR depararam-se com situações de desordem pública de um nível de violência considerável. No Iraque toda a missão decorreu dentro do espectro de uma operação de Imposição de Paz.

#### **3. Considera que as forças de tipo gendarmes em OAP são um instrumento importante? Em que aspectos?**

Sim. Tendo em conta a dupla valência que as forças de polícia militar têm, formação policial e também militar, permite-lhes ter uma posição de charneira, que as torna um elemento chave nas missões de segunda geração, pois possibilita a estas, dar resposta a um espectro de missões que abrange desde situações onde a característica policial tem um maior peso, a situações onde a formação militar é fundamental para atingir os objectivos.

**4. A GNR teve capacidade, ao nível de recursos humanos e materiais, para participar nas OAP em que esteve presente?**

Sim. Os meios que a Guarda tinha em ambas as missões foram os suficientes e adequados para o atingir dos objectivos da missão com sucesso. Posso acrescentar que ao nível de material, a força da GNR tinha ao seu dispor material de elevada qualidade, que quando em comparação com outras forças congéneres se revelava muito superior. Um exemplo disso é a utilização da espingarda automática H&K G-36 por todos os elementos da força no Iraque, sendo que outras forças congéneres não dispunham de uma arma tão avançada para equipar os seus homens.

**5. A característica Militar da GNR foi uma mais-valia para a participação nas missões de apoio a paz em que esteve presente? De que formas?**

Sim. A nossa característica militar confere-nos uma vantagem muito importante em vários aspectos relacionados com uma OAP. Devido a nossa força ter formação militar, temos uma capacidade de fazer face a um mais largo espectro de missões, entrando já no âmbito de missões de características marcadamente militares, algo que uma polícia civil dificilmente consegue fazer. A nossa característica militar é também um elemento facilitador, quando estamos enquadrados sobre um comando militar pois, os conceitos e também os valores militares são por nós conhecidos e partilhados, facilitando assim a relação funcional e também as relações humanas.

**6. Na sua opinião, quais as vantagens e desvantagens para a GNR/Portugal com a sua participação nas OAP?**

Na minha opinião a GNR retira várias vantagens, de onde posso destacar a visibilidade para a força e também para o país e a experiência acumulada, quer pelas actividades desenvolvidas, quer por contacto com outras forças estrangeiras.

Desvantagens não considero que existam.

## **ANEXOS**

## Anexo A

**Quadro 1 – A GNR nas Missões de Polícia Civil**

Organização	País	Operação	Ano	Effectivos Militares		Total
				Oficiais	Sargentos	
UEO	Roménia	DANÚBIO	1995	1	0	1
ONU	Angola	UNAVEM	1995-1996	31	0	31
		MONUA	1997-1999	62	31	93
	Timor	UNTAET	13 – 29 JAN 2000	2	0	2
		UNMISSET	2002-2003	3	8	11
		UNOTIL	2003-2006	1	0	1
	Libéria	UNMIL	2004- 2005	2	0	2
	Haiti	MINUSTAH	2004- 2005	3	1	4
	Costa do Marfim	UNOCI	2004- 2005	1	1	2
	República Democrática do Congo	MONUC	2003	0	2	2
OSCE	Macedónia	SKOPJE	2002-2003	2	0	2
EUPOL	República Democrática do Congo	KINSHASA	2005-2006	2	0	2
	Macedónia	PRÓXIMA	2005	1	0	1
	Faixa de Gaza	(EUBAM) RAFAH	2005-2007	1	2	3
				<b>112</b>	<b>45</b>	<b>157</b>

**Fonte:** CRUZ, Marco. (2009). A Participação Portuguesa em Missões de Paz: O Contributo da Guarda Nacional Republicana. In *Os portugueses nas missões de apoio à paz*. Lisboa: Fundação Mário Soares.

Quadro 2 – Missões SPU

Organização	País	Operação	Data	Efectivos Militares			Total
				Of	Sarg	Praç	
ONU	Timor-Leste	UNTAET	MAR00 - JUN02	19	35	246	300
COLIGAÇÃO <i>Ad hoc</i>	Iraque	Antiga Babilónia	NOV03-FEV05	21	42	341	404
ACORDO BILATERAL	Timor-Leste	LAFAEK	JUN06 – AGO06	34	82	652	768
ONU <sup>23</sup>		UNMIT	AGO06 – MAR09 <sup>24</sup>				
União Europeia	Bósnia	Missão Althea	FEV07 – a decorrer	2	8	32	42
				76	167	1271	1514

**Fonte:** CRUZ, Marco. (2009). A Participação Portuguesa em Missões de Paz: O Contributo da Guarda Nacional Republicana. In *Os portugueses nas missões de apoio à paz*. Lisboa: Fundação Mário Soares.

<sup>23</sup> “O contingente da GNR em Timor-leste integrou a missão das NU no dia 26 de Agosto de 2006” (Cruz, 2009).

<sup>24</sup> “O nosso estudo incidiu nos seis contingentes que prestaram serviço em território de Timor-Leste, desde Junho de 2006 a Março de 2009, tendo, na altura em que escrevemos, iniciado funções naquele território o 7.º contingente do Subagrupamento Bravo” (Cruz, 2009).